U.PORTO
FLUP FACULDADE UNIVERSIDA

MESTRADO EM ENSINO DE HISTÓRIA
NO 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO E NO ENSINO SECUNDÁRIO

A participação dos alunos no programa Parlamento dos Jovens

Diana Isabel Caldas Fernandes

M

2018

Diana Isabel Caldas Fernandes

A participação dos alunos no programa Parlamento dos Jovens

Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino de História no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, orientada pela Professora Doutora Cláudia Pinto Ribeiro

Orientador de Estágio, Dra. Mónica Nogueira

Supervisor de Estágio, Professora Doutora Cláudia Pinto Ribeiro

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

setembro de 2018

A participação dos alunos no programa Parlamento dos Jovens

Diana Isabel Caldas Fernandes

Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino de História no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, orientada pela Professora Doutora Cláudia Pinto Ribeiro
Orientador de Estágio, Dra. Mónica Nogueira
Supervisor de Estágio, Professora Doutora Cláudia Pinto Ribeiro

Membros do Júri

Professor Doutor Luís Alberto Marques Alves
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professor Doutor Gonçalo Maia Marques
Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Professora Doutora Cláudia Sofia Pinto Ribeiro
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 14 valores

"Um professor afeta a eternidade;
é impossível dizer até onde vai
sua influência"
Henry Adams

Sumário

Declaração de honra

Declaro que o presente relatório "A participação dos alunos no programa Parlamento dos Jovens" é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, Setembro de 2018

Diana Isabel Caldas Fernandes

Agradecimentos

No decurso da nossa investigação não podemos deixar de referir palavras de agradecimento.

As minhas primeiras palavras vão para os meus pais, a deles devo muito da pessoa que sou hoje. Ao longo destes anos foram, principalmente, eles que me ajudaram a crescer, deram-me asas para voar e ampararam em todas quedas, ajudando-me sempre a erguer. Foram e serão apoio incondicional.

Ao meu namorado, por ter caminhado ao meu lado, pela dedicação, encorajamento, palavras de conforto compreensão e ajuda prestada, apresentando sempre um sorriso, quando sacrificava os dias, as noites, os fins-de-semana e os feriados em prol da realização deste estudo.

Deixo um agradecimento especial aos meus avós que sempre me trataram com um amor puro e incondicional, repleto de alegria e objetivos, e a quem devo muita admiração.

Aos meus amigos por estarem sempre presentes ao longo da minha vida, ajudando-me a ultrapassar todos os percalços.

Às minhas colegas de mestrado, em especial à Mariana Silva, Juliana Freitas, Paula Ferreira, Ana Oliveira e Alexandra Silva quero agradecer todo o companheirismo e amizade demonstrada. Foram e serão a família que a faculdade me deu e a ela devo muito do meu crescimento quer como pessoa quer como futura docente.

Agradeço também à professora orientadora cooperante, a professora Mónica Nogueira, que me recebeu com todo o carinho, apoiando-me e ajudando-me em tudo o que podia e, principalmente, por ser um exemplo de professora para mim. A professora Mónica mostrou-se incansável, sendo o meu ombro amigo e o meu pensamento positivo. Quando me sentia perdida ela ajudava-me a encontrar o rumo certo e a continuar.

Quero deixar ainda um agradecimento a direção da Escola Secundária de D. Dinis, que me aceitou enquanto estagiária naquela instituição e me abriu todas as portas que necessitei ao longo deste ano. Também não posso esquecer os funcionários que

sempre colaboraram comigo em tudo o que podiam.

Á professora Doutora Cláudia Pinto Ribeiro agradeço por ter-se demonstrado uma orientadora sempre presente, disponível, motivadora e crítica, procurando sempre a minha evolução enquanto futura docente.

Não poderia terminar sem agradecer ao professor Luís Alberto Alves pelos ensinamentos que nos transmitiu nas sessões de Mestrado e pelo exemplo que nos transmitiu, o de um excelente professor.

Por fim, quero agradecer aos meus alunos pela forma com que me receberam e colaboraram comigo neste ano fulcral para o meu futuro como docente de História.

Resumo

O presente relatório foi realizado no âmbito da minha Iniciação à Prática Profissional e contempla uma breve análise ao documento Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória, defendendo que os professores, nas suas aulas, devem incidir em questões do quotidiano, criando nos alunos condições de equilíbrio, criatividade, compreensão e espírito crítico. Pretende-se que os alunos à saída da escolaridade obrigatória tenham adquirido valores, tais como: liberdade, responsabilidade, cidadania, excelência, exigência, curiosidade, reflexão e inovação.

Para pôr em prática o que este documento nos pede enquanto docentes, durante o meu ano de Iniciação à Prática Profissional participei, em conjunto com os meus alunos, no programa Parlamento dos Jovens, da iniciativa da Assembleia da República (AR), em colaboração com outras entidades. Este programa tem como grande objetivo promover a educação para a cidadania e o interesse dos jovens pelo debate de temas da atualidade. Para participar neste programa, os alunos agrupam-se em listas, cada uma com 10 elementos, onde devem discutir várias ideias para proporem alterações a alguma lei já existente.

A edição 2017 do Parlamento dos Jovens tinha como tema "Igualdade de Género". Deste modo, ao longo deste relatório serão debatidas questões neste sentido, levando o próprio leitor a interrogar-se sobre as mesmas.

Palavras-chaves: Perfil do Aluno; Parlamento dos Jovens; Cidadania; Igualdade de Género

Abstract

This report was carried out as part of my Initiation to Professional Practice and includes a brief analysis of the document Student Profile, advocating that teachers in their classes should focus on everyday issues, creating in students conditions of balance, creativity, understanding and critical spirit. It is intended that students leaving their obligatory schooling have acquired values, such as: freedom, responsibility, citizenship, excellence, demand, curiosity, reflection and innovation.

In order to put into practice what this document request for us as teachers, during my year of Initiation to Professional Practice, I participated together with my students in the Youth Parliament program, an initiative of the Assembly of the Republic (AR), in collaboration with other entities. The main objective of this program is to promote education for citizenship and the interest of young people in the debate on current issues. To participate in this program, students are grouped in lists, each with 10 elements, where they must discuss several ideas to propose changes to some existing law.

The 2017 edition of the Youth Parliament had as subject Gender Equality, so in this report will be discussed issues in this direction, taking the reader himself to wonder about them.

Keywords: Student Profile; Youth Parliament; Citizenship; Gender equality

Índice de Quadros

Índice de gráficos

Índice de anexos

Introdução

O presente relatório foi elaborado no âmbito da Unidade Curricular Iniciação à Pratica Profissional do Mestrado em Ensino de História no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Este trabalho debruça-se sobre o Perfil do Aluno à Saída de Escolaridade Obrigatória, à luz do que nos é pedido enquanto docentes, o desenvolvimento do espírito crítico dos alunos. Deste modo, o presente relatório relata a experiência no Programa Parlamento dos Jovens, cujo tema era a Igualdade de Género.

No documento Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PA), homologado no ano letivo 2017/18, é pedido aos docentes que trabalhem de forma a incutir valores cívicos e de autonomia nos alunos. Segundo este documento, perante a incerteza do mundo do amanhã, é importante criarmos nos alunos de hoje condições de equilíbrio, criatividade, compreensão e espírito crítico.

Perante estes valores que se pretende que o aluno tenha adquiridos à saída da escolaridade obrigatória, e não sendo só uma preocupação trazida por este novo documento, a escola onde realizei a minha iniciação à prática profissional, a Escola Básica e Secundária de D. Dinis, integrada no Agrupamento de Escolas de D. Dinis, em Santo Tirso, participa no Programa Parlamento dos Jovens. Este programa é organizado pela Assembleia da República, em colaboração com outras entidades, e tem o objetivo de promover a educação para a cidadania e o interesse dos jovens pelo debate de temas da atualidade.

Através deste programa, a Escola dá oportunidade aos alunos de aprofundarem os seus conhecimentos sobre como é governado o país onde residem e como funciona o regime democrático vigente em Portugal, dando-lhes ainda a oportunidade de poderem fazer parte, ainda que por um curto espaço de tempo, deste órgão governativo. Também através desta iniciativa, os alunos são confrontados com problemas atuais e com a necessidade de formularem alterações à lei numa tentativa de os resolverem, desenvolvendo nestes jovens o espírito crítico e a capacidade de diálogo para se fazerem ouvir e compreender.

Assim que cheguei à Escola Básica e Secundária de D. Dinis (a minha querida escola, onde estudei do 7.ºao 12.º anos e onde aprendi o gosto pelas Ciências Humanas, em especial pela História) foi-me apresentado o programa enunciado anteriormente pela Orientadora Cooperante. No ano letivo 2017/18,este programa tinha como tema a "Igualdade de Género".

Tendo em conta que lecionaria ao 9.º ano de escolaridade e que teria duas turmas, pareceu-me que o tema Igualdade de Género seria muito interessante de abordar nas aulas de História. Como é sabido, ao longo do 9.ºano de escolaridade, os alunos são confrontados com uma série de mudanças que ocorreram no intuito de caminharmos para uma maior igualdade de géneros, nomeadamente a luta levada a cabo pelas sufragistas. É no século XX que assistimos à emancipação feminina. Contudo, em pleno século XXI, vivemos uma luta constante pela igualdade entre os sexos. Deste modo, considerei pertinente conciliar o programa Parlamento dos Jovens com a disciplina de História, arranjando o mote para o presente relatório.

Para poder prosseguir com a intenção de conciliar este programa com a disciplina lecionada, coloquei algumas questões de partida que me serviram de balizas para a investigação a desenvolver:

- Qual se espera que seja o perfil de um aluno à saída da escolaridade obrigatória?
- De que modo as questões de Igualdade de Género podem ser abordadas segundo o PA?
- Qual a importância da participação em programas como o Parlamento dos Jovens para os alunos?
- Qual a opinião dos alunos acerca da sua participação no programa Parlamento dos Jovens?

Para dar resposta às questões colocadas parti da revisão da literatura sobre o tema, procurando complementar o meu conhecimento sobre as mesmas. Com o intuito de completar a informação teórica e desenvolver os valores que o PA sugere que desenvolvamos enquanto docentes, participei com um grupo de alunos no programa já enunciado. Para os ajudar, dedicamos tempo quer em contexto de sala de aula, quer em contexto livre, uma vez que foram realizadas atividades fora do horário letivo. Tendo

em consideração que não foi possível a participação de todos os alunos, o culminar deste projeto residiu na realização de uma conferência sobre Violência Conjugal, no auditório da escola, e que contou com a participação dos alunos, não só na conferência, mas na preparação de atividades. Nesta conferência pretendia-se transmitir a mensagem de que a violência conjugal está inteiramente relacionada com a igualdade de género e fazer com que os alunos percebam que a mesma acontece independentemente do género do agressor e da vítima.

Este relatório está organizado em duas partes: a fundamentação teórica e o enquadramento metodológico, sendo a primeira parte constituída por um único capítulo, dividido em subcapítulos, no qual farei uma breve análise ao PA, seguindo uma abordagem de questões relacionadas com cidadania, uma explicação sobre em que consiste o Programa Parlamento dos Jovens, e por fim, abordarei o tema da igualdade de género. Finda a fundamentação teórica, a segunda parte deste relatório contará com dois capítulos, sendo o primeiro enquadramento teórico, onde farei uma contextualização da intervenção, comentarei o objetivo do estudo, completarei uma caracterização da amostra e explicarei a metodologia utilizada. O segundo capítulo prende-se com a apresentação e análise dos resultados obtidos. O relatório terminará com as habituais reflexões finais.

Capítulo I

1.1.Perfil do aluno

No ano letivo2017/2018, surge um novo perfil do aluno, intitulado "Perfil dos alunos à saída de escolaridade obrigatória", emanado do Ministério da Educação. Este documento pretende dar a conhecer o que se espera que seja o perfil de um aluno à saída da escolaridade obrigatória.

Segundo o mesmo, perante a incerteza do mundo de amanhã, é importante criarmos nos alunos condições de equilíbrio, criatividade, compreensão e espírito crítico. Este novo documento assenta em questões relacionadas com competências nas áreas de: linguagem e textos, informação e comunicação, raciocínio e resolução de problemas, pensamento crítico e criativo, relacionamento interpessoal, desenvolvimento pessoal e autónomo, saúde e bem-estar, sensibilidade estética e artística, saber técnico e tecnologias e, por fim, consciência e domínio do corpo. Com este documento pretende-se que os alunos adquiram valores, tais como: liberdade, responsabilidade, cidadania, excelência, exigência, curiosidade, reflexão e inovação.

Para que tal aconteça é pedido aos professores que alterem as suas práticas pedagógicas e didácticas, de modo a adequarem a globalidade da sua ação educativa às finalidades do perfil de competências dos alunos. Neste seguimento, o documento oficial do novo perfil do aluno apresenta uma série de ações relacionadas com a prática docente, que considera determinantes para o desenvolvimento dos estudantes. São elas:

> "• abordar os conteúdos de cada área do saber, associando-os a situações e problemas presentes no quotidiano da vida do aluno ou presentes no meio sociocultural e geográfico em que se insere, recorrendo a materiais e recursos diversificados;
>
> • organizar o ensino prevendo a experimentação de técnicas, instrumentos e formas de trabalho diversificados, promovendo intencionalmente, na sala de aula ou fora dela, atividades de observação, questionamento da realidade e integração de saberes;
>
> • organizar e desenvolver atividades cooperativas de aprendizagem, orientadas para a integração e troca de saberes, a tomada de consciência de si, dos outros e do meio e a realização de projetos intra ou extra escolares;
>
> • organizar o ensino prevendo a utilização crítica de fontes de informação diversas e das tecnologias da informação e comunicação;

• promover de modo sistemático e intencional, na sala de aula e fora dela, atividades que permitam ao aluno fazer escolhas, confrontar pontos de vista, resolver problemas e tomar decisões com base em valores;

• criar na escola espaços e tempos para que os alunos intervenham livre e responsavelmente;

• valorizar, na avaliação das aprendizagens do aluno, o trabalho de livre iniciativa, incentivando a intervenção positiva no meio escolar e na comunidade"(DGE,2017,p.31).

Entre os vários valores que o Perfil do Aluno considera fulcrais a desenvolver na prática escolar, destacamos a cidadania, que tem principal enfoque neste relatório de estágio.

1.2.Cidadania

Se recorrermos ao dicionário online Priberam e procurarmos o significado do termos "Cidadania" encontramos como a definição "qualidade de cidadão"[1]. Assim, compreendemosque não podemos falar em cidadania sem falarmos em cidadão. Como podemos defenir cidadão?

Recorri novamente ao dicionário para pesquisar o significado de "cidadão", obtendo a seguinte resposta: "indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um estado livre". [2]

Relacionando estes dois significados, conseguimos concluir que a cidadania é obtida através da qualidade dos seus cidadãos, ou seja, quanto melhor forem os indíviduos de um estado, melhor será a cidadania do mesmo e, consequentemente, melhor será a vida dos cidadãos desse mesmo estado.

Se pensarmos no mundo em que vivemos, os países mais desenvolvidos, em média, tendem a ser os mais preocupados com as questões relacionadas com cidadania, procurando criar meios para a promover e desenvolver. No entanto, estarão no bom caminho? Esta é um excelente questão e que me pareceu bastante pertinente para trabalhar com os alunos.

[1] in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013
[2] in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013

Nesse sentido, aceitei a proposta feita pela orientadora cooperante e envolvi-me, em conjunto com a mesma e com os alunos, no programa Parlamento dos Jovens. Este, no ano em que desenvolvi a minha prática profissional, trabalhou as questões da igualdade de género, que é um tema bastante atual e particularmente associado à disciplina de História. Portanto, chegamos à conclusão que o Parlamento dos Jovens era um excelente meio para trabalhar, com os alunos, a igualdade de género e muitos outros temas, como por exemplo, a cidadania. Para além disso, o Parlamento dos Jovens vai ao encontro dos objetivos e propósitos do próprio Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Ao longo do nosso percurso escolar, em especial na disciplina de História, fomos tomando consciência da desigualdade entre géneros e da falta de respeito pela vida humana, que existiu em épocas históricas anteriores. Destacamos, por exemplo, o tempo da escravatura, onde pessoas negras, maioritariamente,eram vendidas como mercadorias; ou o tempo das grandes monarquias, em que a mulher era vista como um ser inferior, sendo obrigada a casar, sem ser por amor, em prol de alianças entre coroas ou casas nobiliárquicas; ou, numa época menos longínqua, assistimos ao massacre de milhares de pessoas em campos de concentração. Neste sentido, a História transmitiu-nos ensinamentos cruciais para o nosso presente e, acima de tudo, para que tenhamos consciência, que atrocidades destas não podem voltar a repetir-senas gerações futuras.

Ao professor de História cabe o papel de guiar os seus alunos para uma reflexão sobre a História, para que se tornem cidadãos ativos, tolerantes e cooperativos. A disciplina de História é uma ferramenta essencial para cumprir os objetivos do Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória.

1.3.Parlamento dos Jovens

O Parlamento dos Jovens é um projeto organizado pela Assembleia da República (AR), em colaboração com outras entidades, e tem como grande objetivo promover a educação para a cidadania e o interesse dos jovens pelo debate de temas da atualidade. Para participar neste programa, os alunos têm de se agrupar em listas, cada uma com 10

elementos, onde devem discutir várias ideias para proporem alterações a alguma lei já existente.

Após a formação das listas e a atribuição de um slogan, os alunos devem realizar um programa eleitoral que é divulgado na escola, através de cartazes de propaganda. Finda a fase de divulgação, os cartazes são retirados e dá-se o dia das eleições, onde os alunos da escola exercem o seu direito de voto, elegendo os deputados que farão parte da assembleia escolar.

Eleitos os deputados para a sessão escolar, procede-se à preparação da mesma, onde serão debatidas todas as propostas apresentadas por todas as listas. Durante esta segunda fase, os alunos participam numa sessão com um deputado da AR, que tem o intuito de clarificar eventuais dúvidas que possam surgir. Entretanto, as candidaturas que forem eleitas vão passar para uma terceira fase, onde serão apresentadas e defendidas numa sessão distrital.

Numa fase mais avançada do programa, e escolhidos os dois representantes da escola, mais um suplente, eleitos por voto na sessão escolar, dá-se a sessão distrital, de onde sairão as três medidas mais votadas e os deputados com mais votos. Este programa culmina com a realização de duas Sessões Nacionais na AR, preparadas ao longo do ano letivo, com participação de Deputados, designadamente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, órgão parlamentar responsável pela orientação do programa. Todas as Escolas do 2.º e 3.ºciclos do Ensino Básico e do Secundário são convidadas a participar.

Para criar unanimidade no desenrolar deste programa e de modo a torná-lo o mais parecido possível com as eleições para os órgãos de governo do nosso país, é disponibilizada, na página da internet do mesmo, uma série de documentos de orientação para os docentes envolvidos, nomeadamente um regulamento,[3] que explica aos docentes e aos alunos como devem agir e quais os seus direitos e deveres, mediante os processos e etapas deste programa. De forma a clarificar eventuais dúvidas, também se encontra disponível, na página oficial deste programa, um guião para os alunos[4] e outro para os professores, que pretende responder a uma série de questões

[3] in: http://www.jovens.parlamento.pt/2017_2018/Basico/regimento2017-PJB.pdf
[4] in: http://www.jovens.parlamento.pt/2017_2018/docs/Manual_jovem_deputado_basico_2017.pdf

hipoteticamente colocadas, mas que certamente irão ao encontro de muitas sobre as quais alunos e docentes interrogar-se-ão. Destacamos que no guião do professor está detalhado com rigor como é que o docente deve orientar os seus alunos e preparar as atividades que o programa exige.

Acrescentamos, ainda, dentro do contexto dos parágrafos anteriores, que também na página oficial do Parlamento dos Jovens, é disponibilizado um documento[5] com materiais e dicas para a exploração do tema. Todos estes recursos poderão constituir pistas para professores e alunos desenvolverem o tema em conjunto.

No ano letivo2017/2018, ano em que realizei o meu estágio, o tema do programa Parlamento dos Jovens foi Igualdade de Género. Este, como já defendemos anteriormente, tem bastante ligação com a disciplina de História.

O que é a igualdade de género? Será que em pleno século XXI, em Portugal, existe igualdade de género? Será que ao longo da História fomos caminhando para uma igualdade entre géneros?

O próximo subcapítulo será dedicado a uma pequena reflexão sobre este tema, que tanto tem inquietado a sociedade. Procuraremos, também, fazer uma ligação entre o mesmo e a História e responder às perguntas lançadas no parágrafo anterior.

1.4.Igualdade de Género

A igualdade de género é, talvez, dos assuntos mais controversos da sociedade. Ao longo da História assistimos a uma mudança de mentalidades, no sentido de tornarmos a sociedade mais igualitária, onde homens e mulheres gozassem dos mesmos direitos e deveres. Se relembrarmos o que aprendemos nas aulas de História, lembrar-nos-emos que os nossos antepassados usavam as mulheres para se traçarem contratos e alianças entre países. No mundo de outrora, a mulher parecia-se mais com um bem do que com um ser humano, não tinha opinião e vivia condicionada à vontade do pai, do irmão mais velho, caso fosse órfão de pai, e posteriormente do marido. Durante muitos anos mantiveram-se fiéis a esta condição, e poucas ousavam fazer-se ouvir.

[5] in: http://www.jovens.parlamento.pt/2017_2018/docs/Dicas_final.pdf

Contudo, a sociedade sofreu grandes mudanças que começaram nos inícios do século XX. O eclodir da 1.ª Guerra Mundial e a consequente falta de homens, para trabalhar nas fábricas, resultou na necessidade de mão de obra feminina para trabalhar. Assim, as mulheres tiveram de sair de casa para se poder sustentar, como também aos seus filhos. A oportunidade de emprego significou, mais tarde, a liberdade, pois começaram a receber o seu próprio salário e a serem menos dependentes dos seus maridos. Muitas, por exemplo, começaram a reivindicar direitos iguais aos dos homens, nomeadamente na política. Surge, neste contexto, o movimento das Sufragistas, que mudou para sempre a visão do mundo sobre as mulheres e a consequente posição, das mesmas, na sociedade. Progressivamente, as mulheres foram obtendo cada vez mais direitos, como por exemplo, o direito ao voto, um grande marco na História do Século XX.

Desde então, e até aos dias de hoje, será que a igualdade de género existe na sua globalidade? Será que no trabalho, homens e mulheres vivem situações de igualdade? Será que a mulher já não é considerada um ser inferior? Será que deixamos de assistir a casos de violência entre géneros e passamos a viver numa sociedade mais justa e igualitária?

Estas foram as questões sobre as quais os meus alunos refletiram, no âmbito da sua participação no programa Parlamento dos Jovens. O presente relatório de estágio vai, portanto, seguir a mesma linha temática.

Educação e vida profissional

A escola, desde o seu início, assumiu um carácter masculino, apenas sendo frequentada pelos homens. Por tal, ao longo da História, assistimos à formação de grandes intelectuais, todos eles homens, pois as mulheres não podiam ir para a escola. Com a mudança de mentalidades e a afirmação da mulher na sociedade, este cenário sofreu grandes alterações. Atualmente, temos grandes feitos realizados, quer por homens, quer por mulheres, e assistimos a uma invasão feminina no mundo do trabalho, que outrora apenas pertencia ao sexo masculino, nomeadamente a mecânica, a física e a política. No sentido inverso, presenciamos cada vez mais homens a trabalhar em

setores, que antes só tinham mulheres. Por exemplo, atualmente, a maioria dos chefes de cozinha é homens.

A educação de outrora, onde as raparigas ficavam em casa, a aprender os afazeres domésticos, e os rapazes iam para a escola, para aprenderem a ler e a escrever, é substituída de forma gradual, por uma educação mais igualitária, em que todos passaram a ter direito de ir à escola. No mundo ocidental, o alargamento da escolaridade para os dois géneros resultou na possibilidade de ambos poderem trabalhar fora de casa. Gradualmente, o homem passou a ajudar nos afazeres domésticos, pois já não é o único a trabalhar fora de casa. Contudo, segundo Pinto "o passado sexista e patriarcal da nossa sociedade continua a pesar:

> - o poder (político, económico, mediático…) mantém-se esmagadoramente em mãos masculinas;
>
> - as mulheres acumulam tarefas profissionais e domésticas. Se, por um lado, conquistam autonomia profissional e financeira, por outro continuam geralmente a desempenhar os papéis familiares de sempre, com reduzida ajuda dos seus parceiros masculinos. Resultado: uma sobrecarga constante de afazeres e tensões. Para um homem, ser casado e ter filhos é um factor acrescido de sucesso profissional; para uma mulher, isso é um obstáculo que pode muito bem impedi-la de progredir na sua carreira."(Pinto, 2006, p. 33)

A partir do 25 de abril de 1974 assistimos, em Portugal, a um rompimento de mentalidades e a um progresso no sentido de uma maior igualdade entre sexos. A escola democratizou-se, procurou-se acabar com as discriminações com base no sexo e na classe social, rejeitando-se o ideário retrógrado do Estado Novo. Desde então, os programas e manuais escolares começaram a difundir valores de igualdade e emancipação para todos os grupos desfavorecidos, em especial o sexo feminino. "A escola passou a ser, assim, tendencialmente um meio favorecedor da condição da mulher e um local de aprendizagem da igualdade" (Pinto, 2006, p. 35).

No entanto, o papel da escola para a promoção da igualdade de géneros, ainda não é consensual, a escola é o produto de todos os agentes envolvidos na mesma e a sociedade faz dela parte integrante para o bem e para o mal.

> «Apesar de haver numerosos indícios de que o sexismo não foi ainda erradicado da escola, esta pode e deve agir no sentido de promover activamente o calor da equidade e educar as novas gerações para representações e práticas livres dos preconceitos de outrora. Se o

> conseguirmos fazer, estaremos sem duvida a aprofundar a democracia social e a fortalecer um dos pilares que no futuro sustentarão, assim o desejamos, um mundo mais evoluído, justo e solitário. Na educação de hoje se forja o mundo de amanhã.» (Pinto, 2006, p.38)

Enquanto docentes devemos procurar trabalhar, juntamente com a comunidade educativa, no sentido de difundir os ideais de igualdade entre géneros. A Escola não deve ser um meio onde perdurem ideias estereotipadas e sexistas, mas sim um espaço onde se respeita a diferença e a igualdade entre todas as crianças.

> «Quanto ao poder político é apenas necessário existir a vontade de na prática aplicar princípios consignados há muito tempo, numa atitude responsável e honesta, por forma a convictamente promover a plena participação das mulheres e dos homens na sociedade» (Coutinho, 2006, p.41)

Tal como na Escola, também na vida profissional a mulher sofreu, ao longo do tempo, uma grande discriminação. Como dito anteriormente, a mulher só "recentemente"foi inserida no mercado de trabalho, factor que promove a sua desvalorização. A sociedade habituou-se a que os grandes cargos fossem desempenhados por homens e as grandes decisões estão sempre nas suas mãos. Contudo, com a entrada da mulher no mercado de trabalho e a sua ambição em afirmar-se, a mesma conseguiu alcançar grandes cargos políticos e ter nas suas mãos grandes decisões. No entanto, acaba por ser vítima de uma sociedade patriarcal que não consegue acompanhar o progresso desta nova sociedade a emergir.

> «A Constituição de 1976 ilegalizou a normatividade social e os seus papéis de desigualdade para papéis de desigualdade para homens e mulheres. Mas essa normatividade social, embora atenua ou menos óbvia, resiste e persiste. Só que agora é ilegal e pode ser combatida não apenas no discurso e nas políticas públicas em nome do Estado de direito democrático, mas também, individual e colectivamente, nos tribunais.» (Rêgo, 2010, p.59)

Se refletirmos sobre a lei da igualdade de género, sabemos que esta está assegurada, no entanto, na prática não é assim. Sabemos que existem mulheres e homens exercendo a mesma função, na mesma empresa, com diferenças substanciais a nível de ordenado. Também é do conhecimento geral que muitas mulheres com grande sucesso na sua carreira sofrem de assédio sexual, o que as leva, por vezes, a não querer progredir na carreira. A maioria dos problemas de inferioridade do sexo masculino em relação ao sexo masculino acontece no setor privado, uma vez que a fiscalização ao

cumprimento das leis não é significativa e os patrões aproveitam-se desse factor para benefício próprio.

Outro fator que contribuiu para a inferioridade da mulher em relação ao homem é a parentalidade. Muitas empresas evitam contratar mulheres pelo facto de estas poderem engravidar e estarem longos períodos ausentes do trabalho. Embora este princípio seja ilegal, muitas são as empresas que infringem a lei neste sentido. Algumas chegam a ameaçar as funcionárias que, caso engravidem num período inicial de trabalho, correm o risco de serem despedidas, embora a lei assegure que as mulheres trabalhadoras têm direito a um período de dispensa do trabalho, antes e depois do parto, não perdendo o seu emprego. Este tipo de "exclusões" ainda perdura, pois ainda se vive numa sociedade em que a natalidade está muito subjacente à mulher, embora a lei reforce que a maternidade e a paternidade constituem valores sociais eminentes. Para se alterar esta visão é necessário:

> «o reconhecimento de um novo estatuto jurídico para os homens e o sinal claro, para estes, para as mulheres, para a actividade económica e para a sociedade em geral, de que o direito português recusa entender a reprodução humana e o trabalho de cuidado que lhe é inerente como "uma função", ou "uma missão", ou "um destino", ou "uma obrigação", ou "tarefa", ou "um fardo", ou "um privilégio" – conforme o olhar de cada pessoa ou de cada instituição – exclusivo ou especifico ou mesmo principal das mulheres." (Rêgo, 2010, p.68)

Apesar de ainda estarmos no início do caminho para uma igualdade entre pais e mães, no que concerne à parentalidade, começamos a deparar-nos com alterações à lei que permitem aos pais participar de forma mais ativa na gravidez e nos primeiros meses de vida da criança. Com estas modificações, surgem também mudanças na mentalidade da sociedade, fazendo com que os pais passem a ser mais presentes nos primeiros dias após o nascimento do bebé, atenuando as responsabilidades da mãe, permitindo-lhe um maior descanso e facilitando a sua recuperação.

A maioria destes desrespeitos pela mulher ocorre, especialmente, no setor privado. Aqui, uma grande maioria das leis sofre interpretações diferentes onde os patrões se assumem como "ditadores" das próprias leis, perseguindo os seus funcionários e funcionárias com ameaças de despedimento.

Neste contexto, Maria do Céu da Cunha Rêgo afirma que:

«Sabemos que nos últimos 35 anos diversas têm sido as iniciativas para equilibrar os resultados de homens e de mulheres nos indicadores do desenvolvimento humano. Nas secções anteriores evidenciam-se as que tiveram lugar no domínio do trabalho e do emprego. Mas também sabemos, por um lado, os indicadores que comparam as situações na esfera pública (p. ex., taxas de actividade, de emprego ou de desemprego, remunerações e ganhos, participação no processo de decisão) revelam desequilíbrios persistentes em prejuízo das mulheres, e que, por outro lado, os indicadores que permitem comparações com a esfera privada são insuficientes e de periodicidade irregular. Ora é na esfera privada que, em minha opinião, reside a causa maior da desigualdade que continua o impedir que mulheres e homens possam esperar o mesmo da vida. Essa causa é a crença – partilhada por homens, mulheres e sociedade em geral – de que o cuidado de filhos, filhas e outros dependentes é tarefa das mulheres ou, pelo menos, obrigação principal delas. Os prejuízos dessa crença – os papéis tradicionais de género socialmente construídos, mas assumidos como "inerentes à natureza" – e os seus efeitos no quotidiano abatem-se sobre a sociedade que desperdiça energia, talento e recursos e inviabiliza a sustentabilidade da coesão social ao nível mais básico.» (Rêgo, 2010, p.87)

Violência

O que é a violência? Que tipos de violência existem? Onde começa? Quando acaba? São questões ambíguas e difícil resposta. Se consultarmos o dicionário para obtermos o significado da palavra violência obtemos a seguinte resposta, "estado daquilo que é violento, acto violento, acto de violentar, veemência, irascibilidade, abuso da força, tirania, opressão, constrangimento exercido sobre alguma pessoa para obrigá-la a fazer um acto qualquer; coacção".[6]

Para responder à segunda questão, que tipos de violência existem? Recorri à página da APAV, a Associação de Apoio à Vitima, onde obtive distintas informações. Existem vários tipos de violência, podendo esta assumir um carácter físico, sendo qualquer comportamento que implique agressão física, por exemplo, crimes de ofensa à integridade física, maus tratos físicos, sequestro, intervenções e tratamentos médicos arbitrários. Segundo a APAV, os sinais de uma possível violência física prendem-se em lesões sem explicação como feridas, arranhões, nódoas negras ou cicatrizes recentes, fraturas ósseas, luxações ou rutura de ligamentos, relato de excesso de medicamentos ou aparente incapacidade para aderir à terapêutica (as embalagens estão mais cheias do que

[6]in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013,

o esperado), lentes ou armações dos óculos partidas e sinais de ter sido amarrado, isto é, marcas de cordas nos pulsos.

O segundo tipo de violência que nos é apresentado pela APAV é a violência psicológica/verbal que provoca intencionalmente na vítima dor, angústia através de ameaças, humilhações ou intimidação de forma verbal ou não verbal. Por exemplo, insultos, ameaças, humilhação, intimidação, isolamento social, proibição de atividades. Segundo esta entidade, os possíveis sinais de violência são: a pessoa encontra-se emocionalmente perturbada, aparenta isolamento, insónias, medo das outras pessoas, depressão não habitual, manifesta uma recusa inexplicável em participar nas atividades normais. Este tipo de violência é, segundo a entidade consultada, a segundo causa mais comum de violência sobre as pessoa idosas.

O terceiro tipo de violência apresentado é a violência sexual, na qual o agressor abusa do poder que exerce sobre a vítima para obter gratificação sexual sem o seu consentimento, sendo a vítima induzida ou obrigada a práticas sexuais com ou sem violência. Segundo a APAV, os sinais de uma possível violência sexual são: nódoas negras nos seios ou genitais, doenças venéreas ou infeções genitais inesperadas, hemorragia genital ou anal sem explicação e a roupa interior rasgada, manchada ou com sangue.

O quarto tipo de violência apresentado por esta entidade é negligência e o abandono, o ato de omissão de auxílio do responsável pela pessoa idosa em providenciar as necessidades básicas, necessárias à sua sobrevivência, por exemplo, o crime de omissão de auxílio e não providenciar acesso a cuidados de saúde. Segundo a APAV, os sinais de possível negligência e abandono são: perda de peso, má nutrição, desidratação, falta de condições de higiene do quarto, encontrar-se sujo ou sem ter tomado banho, roupa ou agasalhos inadequados para a estação do ano, falta de condições de segurança da habitação (aquecimento, material elétrico sem proteção), desaparecimento do idoso em local público.

O quinto tipo de violência que a APAV nos apresenta é a violência financeira/económica qualquer prática que visa a apropriação ilícita do património de

uma pessoa idosa e pode ser realizada por familiares, profissionais e instituições. Segundo a APAV, as práticas de violência financeira/ económica prendem-se com forçar a pessoa a assinar um documento sem lhe explicar para que fim se destina, forçar a pessoa idosa a celebrar um contrato ou a alterar o seu testamento, forçar a pessoa idosa a fazer uma procuração ou ultrapassar os poderes de mandato, tomar decisões sobre o património de uma pessoa sem a sua autorização, levantamentos significativos da conta da pessoa idosa, mudanças suspeitas de beneficiários de testamentos, seguros ou de bens, forçar a pessoa idosa a fazer uma doação, nomeadamente para reserva de vaga ou entrada em equipamento.

O último tipo de violência apresentado por esta entidade é **violência doméstica.** O infligir, de forma continuada ou esporádica, maus tratos físicos ou psíquicos, a pessoa particularmente indefesa em razão da sua idade ou dependência económica que consigo coabite, como, por exemplo, castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais. Atualmente, o crime de Violência Doméstica é público, ou seja, qualquer pessoa que saiba ou suspeite que uma pessoa está a ser vítima deste crime tem a obrigação de denunciar.

Por muito que debatamos o assunto, ninguém consegue afirmar com certeza quando começa um ato de violência. Se assumirmos a máxima de "a minha liberdade termina quando a do outro começa", podemos dizer que a violência tende a começar quando deixamos de respeitar a liberdade do outro e o tentamos moldar aos nossos pensamentos e ideias. Mas nem assim podemos aferir com exatidão quando começa a violência. Será que já praticamos algum tipo de violência das acima descritas sem intenção? Deixo esta pergunta para que o leitor se interrogue.

Se, por um lado, é impossível saber com exactidão quando começam os atos de violência, também não podemos definir quando terminam. A maior parte das vítimas de violência, não só doméstica, mas de qualquer dos tipos acima descritos, acredita que os episódios de violência têm um fim próximo e que não tardarão a terminar. Mas será que é assim? Muitas vezes a violência só termina com a morte, da vítima ou do agressor.

Mas no decorrer deste relatório irei debruçar-me sobre casos de violência conjugal e os desfechos de casos de violência.

Violência Conjugal

A violência conjugal é a violência nas relações de intimidade. É praticada entre parceiros íntimos ou ex-parceiros e engloba, na sua maioria, abusos psicológicos, emocionais, físicos e sexuais. A somar a estes abusos ocorrem por norma perseguições e comportamentos controladores. Tanto homens, como mulheres estão passíveis de se tornar vítimas ou agressores.

Por defeito, sempre que ouvimos falar em violência conjugal associamos logo a violência doméstica, ou seja violência entre o marido e a esposa, mas esquecemo-nos que também existe violência conjugal ao nível do namoro. Como o presente relatório segue no alinhamento de uma pesquisa que se destina a um público jovem, considero que é fundamental abordar este tema. Repito, considero fundamental alertar os nossos jovens, os nossos alunos, que a violência não acontece só depois do casamento, a violência pode acontecer em qualquer idade e é preciso estar informado sobre que medidas devemos tomar, quer sejamos vítimas ou testemunhas de algum ato de violência, sendo ele do tipo doméstico ou não.

Violência no Namoro

Estando, como refiro anteriormente, a trabalhar com um público jovem, do9.ºano de escolaridade, esta atividade não podia decorrer sem dar ênfase a violência vivida ao nível do namoro. É importante que os jovens adquiram conhecimentos sobre este tipo de violência, não só para se saberem defender a eles próprios e aos demais, e para não exercerem violência sobre ninguém. É preciso informar e educar os nossos alunos para serem pessoas melhores e, deste modo, prevermos situações como as que vivenciamos hoje em dia quando lemos, ouvimos ou vemos nos meios de comunicação social.

Recorrendo novamente ao sítio da internet da APAV, encontramos uma página[7] destinada aos jovens, onde podem encontrar informações sobre os demais tipos de violência praticados, nomeadamente violência doméstica, violência no namoro, bullying e violência online. Embora este relatório apenas esteja focado em questões relacionadas com a violência entre íntimos, considero importante dar a conhecer aos jovens esta página da internet, pois é uma ferramenta de defesa e de ajuda, uma vez que ainda podem encontrar aqui dicas de como se devem manter seguros na rua, na escola, na internet e em ambientes de diversão.

Segundo a APAV, violência do namoro é "um ato de violência, pontual ou contínua, cometida por um dos parceiros (ou por ambos) numa relação de namoro, com o objetivo de controlar, dominar e ter mais poder do que a outra pessoa envolvida na relação".[8] Em suma, a violência no namoro entra em concordância com a violência doméstica, tendo ambas definições coincidentes.

Embora os jovens sejam diariamente confrontados com campanhas de sensibilização para a não-violência, como o caso da campanha "Quem te ama, não te agride!"[9], estes ainda não têm consciência do quão grave se pode tornar um simples ato de violência. Se consultarmos o artigo da revista *Sábado*, publicado online no dia 14.02.2018, verificamos que recentemente foi elaborado um inquérito nacional a cerca de 4600 jovens, que revelou que mais de metade desses jovens já sofreu de pelo menos um acto de violência num relacionamento. Atos que se prendem com a proibição de certas roupas, frequentar redes sociais sem autorização, etc. Tendo consciência do quão graves são estes números, assumo como ainda mais grave que os "resultados do inquérito alertam para as "elevadas taxas de vitimação e, sobretudo, de legitimação da violência". 68,5% dos jovens (3.186) consideram natural um comportamento violento nas relações, enquanto 56% garantem já ter sofrido atos de violência. A UMAR[10]considera estes resultados «preocupantes»".[11] Como será possível que em

[7] in:http://www.apavparajovens.pt/pt
[8] in http://www.apavparajovens.pt/pt/go/o-que-e1
[9] https://www.cig.gov.pt/acoes-no-terreno/campanhas/campanha-contra-a-violencia-no-namoro-quem-te-ama-nao-te-agride/
[10] União de Mulheres Alternativa e Resposta

pleno século XXI os jovens achem normal e aceitem comportamentos violentos nas relações?

Continuando com o mesmo artigo, constato que, apesar de cada vez existirem mais ações de sensibilização, "em comparação aos dados do inquérito do ano anterior, a UMAR verificou uma «ligeira subida» da legitimação e da vitimação da violência. Este aumento indica a "urgência de uma intervenção com os/as jovens, o mais precoce e continuadamente possível", para prevenir «a violência sob todas as formas»"[12]. Será que, como educadores, os professores estão a falhar no que respeita a incutir cidadania nos alunos? Será que essa função não deve vir da escola mas sim de casa? Poderíamos colocar uma série de questões de resposta duvidosa, afinal existiram sempre vários pontos de vista na sociedade. No entanto, há algo em que todos devemos estar de acordo: é preciso intervir.

Continuando com informações retiradas dos meios de comunicação social, a 14 de Fevereiro de 2018, o *Jornal de Notícias* apresentou uma notícia intitulada de "Violência no Namoro atinge 56% dos jovens".

Curioso como é que no dia dos namorados estes meios de comunicação social lançam notícias tão avassaladoras como esta? A resposta é simples. É preciso relembrar os jovens que este fenómeno acontece e é muito mais frequente do que o desejável. Temos de os alertar e despertar neles o desejo de não ficar indiferente a estas situações.

Segundo o *Jornal de Notícias*, "de um universo de 3163 jovens (com a média de idades de 15 anos), 1773 (56%) foram vítimas de violência, sendo que 18% foram casos de violência psicológica, 16% de perseguições, 12% de violência através das redes sociais, 11% de situações de controlo, 7% de violência sexual e 6% de agressão física por parte de um(a) companheiro(a)." Através deste parágrafo, podemos constatar que a violência no namoro não assume só o carácter de violência física, assume também o

---

[11] in http://www.sabado.pt/portugal/detalhe/violencia-no-namoro-jovens-acham-normal-perseguir-proibir-e-abusar

[12] in http://www.sabado.pt/portugal/detalhe/violencia-no-namoro-jovens-acham-normal-perseguir-proibir-e-abusar

carácter de violência psicológica e sexual, perseguições e situações de controlo. Embora as situações de violência física sejam as mais fáceis de detetar, os números acima descritos mostram-nos que são as que ocorrem em menor percentagem, o que leva a que seja difícil, na maioria dos casos, um terceiro aperceber-se se o outro está a ser vítima de violência. Para ajudar a vítima a identificar se está a passar por qualquer um destes tipos de violência, a página da APAV e da Escola Saudavelmente[13] descrevem de forma minuciosa cada um deles.

Por último, a 13.02.2018 o jornal *Público* lança uma notícia intitulada "Uma em cada dez vítimas de violência no namoro sofreu ameaças de morte"[14]. "Ele agarrou num vidro, aproximou-o do meu pescoço e disse: só me apetece matar-te". Até quando vamos assistir a situações como estas? Até quando vamos ler notícias como estas? Quero acreditar que a sociedade está a mudar e que os mais jovens vão ser cidadãos melhores, mas para isso é necessário que as vítimas denunciem e que agressores sejam penalizados pelos seus atos.

Para terminar, abordo o assunto referente ao que acontece ao agressor depois de ser feita uma denúncia, algo que sempre inquietou os meus alunos. Para tal, recorro novamente a notícia do *Público* que nos diz "Há uma resistência muito grande em pedir ajuda, o que faz com que elas lidem sozinhas com a sua própria situação". Por um lado, existe um receio de uma escalada de violência. Por outro lado, relembra a investigadora, outros estudos apontam para uma descrença no sistema e na sua eficácia. Nos casos reportados ao Observatório, em 11,7% foi apresentada queixa às autoridades e em apenas 5,5% das situações foi aplicada uma medida ao agressor."[15]

Há um aspeto que também é importante clarificar. Não é uma violência que apenas ocorre sobre as raparigas, é uma violência sem género que pode acontecer a qualquer um de nós. Temos o dever, enquanto educadores, de preparar os nossos jovens

---

[13] in: http://escolasaudavelmente.pt/alunos/adolescentes/amor/violencia-no-namoro

[14] in https://www.publico.pt/2018/02/13/sociedade/noticia/observatorio-uma-em-cada-10-vitimas-de-violencia-no-namoro-sofreu-ameacas-de-morte-1802946

[15] in https://www.publico.pt/2018/02/13/sociedade/noticia/observatorio-uma-em-cada-10-vitimas-de-violencia-no-namoro-sofreu-ameacas-de-morte-1802946

contra todos e quaisquer tipos de violência, mas em especial este. Não devemos incutir nos rapazes que são o sexo mais forte e que por isso podem dominar as raparigas, utilizando muitas das vezes a História como argumento. Afinal, a História é passado e serve para conhecermos os nossos antepassados e reflectirmos sobre os seus comportamentos, não serve para os tomarmos como certos e perpetuá-los. Mas também não devemos incutir nas raparigas a ideia de que temos de mudar a História a favor delas, não devemos deixar que humilhem os rapazes com a ideia de que "afinal o sexo forte são elas". Chega de machismos e feminismos que apenas levam ao fracasso da sociedade atual. É preciso incutir valores de igualdade de género nas crianças para, quem sabe, um dia existir uma sociedade com menos violência.

Violência Doméstica

A violência doméstica abrange todos os comportamentos utilizados num relacionamento, por uma das partes, com o intuito de controlar a outra. A violência no namoro, descrita anteriormente também é uma forma de violência doméstica, mas coloquei-a de forma separada para lhe dar um carácter de maior importância. Por desconhecimento, por desvalorização ou por negligência, a sociedade não dá à violência no namoro a mesma importância que atribuiu à violência doméstica, embora elas assumam um carácter igualmente importante com características muito idênticas. Muitos dos casos de violência depois do casamento, a vulgarmente apelidada de violência doméstica, começam muito antes, ao nível do namoro.

Para abordar este tema recorro novamente à página da internet da APAV[16], porque considero que aqui se reúne uma vasta informação sobre o mesmo. Lá podemos encontrar informações sobre o que é a violência doméstica, quais são as formas que pode assumir, o ciclo da violência doméstica ajuda a pessoa a perceber se está a ser vítima de violência doméstica e ainda desmistifica ideias feitas.

[16] in: http://apav.pt/vd/index.php/features2

Não querendo repetir o que já fora dito ao nível da violência do namoro, uma vez que a violência doméstica assume os mesmos tipos de violência, pretendo agora debruçar-me nas questões relacionadas com os mitos e com o ciclo da violência doméstica.

Quase todos os dias os meios de comunicação nos confrontam com algum crime de violência entre íntimos, crimes que na maioria das vezes resultam na morte da vítima e, em alguns casos, segue-se o suicídio do agressor. Mas como será que se chega a desfechos tão trágicos quanto este?

A APAV apresenta-nos um ciclo de violência doméstica que pode ajudar-nos a responder à questão anterior. Segundo esse ciclo, a violência doméstica funciona como um sistema circular que apresenta, em regra, três fases:

1. **"aumento de tensão:** as tensões acumuladas no quotidiano, as injúrias e as ameaças tecidas pelo agressor, criam, na vítima, uma sensação de perigo eminente.
2. **ataque violento:** o agressor maltrata física e psicológicamente a vítima; estes maus-tratos tendem a escalar na sua frequência e intensidade.
3. **lua-de-mel:** o agressor envolve agora a vítima de carinho e atenções, desculpando-se pelas agressões e prometendo mudar (nunca mais voltará a exercer violência)." [17]

Assim, podemos constatar que o ato de violência doméstica é complexa e termina com um período de ilusão da vítima. Ou seja, começa com o acumular da tensão do agressor, que para a libertar agride a vítima e, finalmente, como que a remedir-se, ilude a vítima tornando os dias seguintes numa autêntica lua-de-mel. Assim, o agressor incute na vítima que aquele ato não voltará a acontecer, que foi um deslize e para provar que está a mudar assume comportamentos carinhosos.

No seguimento deste ciclo encontramos os factos e mitos da violência doméstica. A fase de lua-de-mel pode ser encarada como um mito, uma vez que todas as promessas

[17] in: http://apav.pt/vd/index.php/features2

proferidas pelo agressor não passam de mitos, porque numa próxima situação de acumular de tensão o agressor vai violentar a vítima, havendo posteriormente uma nova lua de mel com falsas promessas. Promessas que passam, na sua maioria, por um "não volta a acontecer", "juro que foi a última vez", "só te agredi porque estava embriagado", "sabes que só te agredi porque estava sob o consumo de drogas", entre outras. Quanto maior for a capacidade de persuasão do agressor, maior é a probabilidade de a vítima o perdoar e o defender. Por muito que nos pareça estranho, em regra as vítimas, persuadidas pela ilusão de mudança, defendem os seus agressores perante a sociedade. Segundo a APAV são estes mitos que tornam a procura e o pedido de ajuda da vítima mais complicado, contribuindo para a falta de compreensão de terceiros acerca das reais questões que estão no cerne da vitimação.

Atualmente, a sociedade preocupa-se cada vez mais com questões relacionadas com este crime, que assume o carácter de público. Ou seja, todos nós temos o dever de intervir quando somos confrontados com situações de violência doméstica. Hoje em dia já não devemos olhar para um caso em que vemos o marido a agredir a esposa ou vice-versa e seguir o ditado antigo "entre marido e mulher ninguém mete a colher". Temos a obrigação de não ficar indiferentes e tentar de algum modo contribuir para a mudança. "A polícia tem a missão e a obrigação de proteger e ajudar todas as vítimas de crime. A polícia portuguesa, sobretudo na última década, têm vindo a desenvolver um grande esforço nesse sentido. No contacto com a polícia ou outros órgãos de segurança não hesite em fazer valer os seus direitos como vítima."[18]

Contudo, as vítimas também não devem silenciar as agressões pelas quais passam, devem recorrer à polícia, a entidades como a APAV e a familiares e amigos para procurar ajuda. Atualmente, "os casos de violência doméstica continuam a ser a principal razão pela qual as pessoas contactam a APAV, representando três em cada quatro atendimentos (75,7%)".[19]

[18] in: http://apav.pt/vd/index.php/features2
[19] in: https://www.publico.pt/2018/03/27/sociedade/noticia/apav-recebeu-16033-denuncias-de-violencia-domestica-em-2017-1808172

Na sua página da internet a APAV dá conselhos à vítima de alguns procedimentos que esta pode adotar para recuperar o seu sentido de segurança, autoestima e controlo sobre a sua vida. Nesta página podemos ainda encontrar três histórias de casos de violência doméstica com finais felizes, que podem encorajar as vítimas a libertarem-se do sufoco em que vivem. E, por último, a APAV dá conselhos que podem ser úteis à vítima num futuro relacionamento.

Por último, na página da APAV, tanto a vítima como quem a pretende ajudar têm acesso a informações como os direitos da vítima na saúde, na justiça e no trabalho, bem como informações sobre o apoio à vítima. Recentemente, a 16.03.2018, foi publicada uma notícia no *Jornal de Notícias* que nos dá conta que **"**a ministra da Justiça defendeu que o apoio psicossocial às vítimas de violência doméstica precisa de abordagens mais especializadas e sustentadas, destacando que ainda há muito a fazer para reduzir o risco de crimes violentos."[20]

Procurei dar ênfase a esta parte do meu relatório uma vez que foi a parte mais explorada em contexto letivo, quer pelo tema em si que considero de extrema importância ser trabalhado na sociedade atual, quer por causa da elaboração de uma conferência sobre o mesmo que explicarei na segunda parte deste relatório.

Em jeito de conclusão, podemos afirmar que o caminho para a igualdade de género é árduo e que ainda há muito para fazer até conseguirmos atingir a igualdade pretendida. Embora atividades como o Parlamento dos Jovens, em especial esta edição, pretendam contribuir para a mudança de mentalidades, o mesmo ainda está longe de ser alcançado. Enquanto docentes, temos o dever de ajudar na mudança de mentalidades, assumindo linguagem sem géneros, tratamento igual a todos os alunos e dando-lhes ferramentas para que construam pensamentos críticos sobre a sociedade em que vivem, de modo a alcançar-se uma sociedade melhor.

[20] in: https://www.jn.pt/nacional/interior/governo-quer-abordagem-mais-especializada-as-vitimas-de-violencia-domestica-9191661.html

Capítulo II

Enquadramento metodológico

2.1. Contextualização da intervenção

A escola onde realizei a minha prática letiva, enquanto professora estagiária, foi a Escola Básica e Secundária D. Dinis, em Santo Tirso, que pertence ao Agrupamento de Escolas D. Dinis. Durante o ano letivo 2017/2018, tive como orientadora cooperante a professora Mónica Nogueira, com quem aprendi bastante a nível profissional.

O Agrupamento de Escolas D. Dinis (AEDD) foi estabelecido em 2013, resultante da agregação da Escola Secundária de D. Dinis, com o Agrupamento de Escolas D´Agrela e Vale do Leça, do Concelho de Santo Tirso.

O AEDD quer "ser, no setor da Educação, uma opção de referência para o sucesso dos jovens". A sua principal missão, segundo o seu projeto educativo, é "formar cidadãos cientificamente bem preparados, informados e criativos, capazes de pensar e agir de forma autónoma, recetivos à inovação e preparados para a mudança, respeitadores de estilos de vida saudável e exigentes na sua conduta ética e no seu desempenho profissional".[21] Para alcançar esta missão, o agrupamento traçou uma série de objetivos que pretende alcançar até 2018:

"1- Melhorar o sucesso escolar e a qualidade das aprendizagens em todas as áreas do saber.

2- Educar para a cidadania, no respeito pelo ambiente, e promover a saúde, o desporto e a cultura.

3- Melhorar a eficácia do trabalho e criar uma cultura de autoavaliação.

4- Aprofundar a relação agrupamento/ família/ comunidade" (AEDD, 2015, p.24).

A Escola Básica e Secundária encontra-se fortemente ligada ao percurso de ensino liceal no Concelho de Santo Tirso. Fundada em 1936, foi denominada, até 1979, como

[21] in: http://www.aeddinis-st.org/joomla/

Liceu Nacional de Santo Tirso, prestando, desde sempre, um forte serviço à comunidade Tirsense. A partir de 1979, devido à unificação do ensino, passou a designar-se por Escola Secundária D. Dinis (Santo Tirso), tornando-se, ao longo dos tempos, como uma das melhores escolas do Concelho. Nos dias de hoje define-se como uma escola que educa para a liberdade, para o conhecimento, para a responsabilidade e para a autonomia.

A escola fica localizada na Rua da Misericórdia, numa das principais áreas de Santo Tirso. Devido à sua boa localização acaba por ser bem servida, no que concerne aos transportes (linhas de autocarros e camionetas). Este motivo, bem como o seu reconhecimento a nível local e nacional, tornam-na uma escola de preferência para alunos de várias freguesias e concelhos circundantes a Santo Tirso, como por exemplo, Trofa, Famalicão e Paços de Ferreira.

A oferta curricular da escola é bastante vasta, ensino básico e secundário (Ciências e Tecnologias; Línguas e Humanidades; Artes Visuais) e cursos profissionais (Curso Profissional de Técnico Design; Curso Profissional de Técnico de Informática de Gestão; Curso Profissional de Técnico de Apoio à Gestão Desportiva), equivalentes ao ensino secundário.

A intervenção da Parque Escolar, que terminou em 2015, permitiu à escola "requalificar a construção existente e criar três novos corpos, garantindo a satisfação das atuais exigências de conforto, segurança e acessibilidade. Os espaços exteriores foram remodelados, preservando, no entanto, os muitos espaços verdes que são uma das referências desta escola" (AEDD, 2015, p.13). Acrescentamos, ainda, dentro deste contexto, que com a reabilitação a escola passou a disponibilizar diversos espaços modernos e confortáveis, dos quais destacamos, a biblioteca, o auditório, cinco salas de arte, quatro salas de informática, sete laboratórios, salas de multimédia e de música. Estes são equipados com tecnologia adequada e que está ao serviço de toda a comunidade educativa.

Cada sala de aula tem um computador e um projetor, sendo que algumas são equipadas com quadros interativos. O uso das novas tecnologias na escola é habitual, o que também se comprova com a utilização da plataforma INOVAR. Esta é usada para

registar sumários, faltas, classificações, sínteses de comportamento, horários e marcações de testes. Os alunos, encarregados de educação e professores têm acesso a toda esta informação. Entre todos os espaços que a escola reúne destacamos a biblioteca, como um local bastante dinâmico e bem equipado, onde passamos bastante tempo a preparar aulas.

A Escola Básica e Secundária D. Dinis tem um forte contacto com a comunidade educativa, desenvolvendo diferentes projetos e atividades. Destacamos, neste contexto, o jantar queirosiano, como uma iniciativa bastante interessante, dinâmica e única, que permite aos alunos "transportar-se" para o século XIX.

No ano letivo de 2017/2018 ficou a cargo da orientadora cooperante um conjunto de quatro turmas. Duas turmas de 9.º ano (Ensino Básico), uma turma de 11.º ano (História da Cultura e das Artes) e uma turma de 10.º ano (História da Cultura e das Artes). Durante este ano, lecionei, principalmente, nas duas turmas de 9.º ano e na de 11.º ano, tal como ficou acordado com a orientadora cooperante.

Durante o contacto com os alunos consegui preparar os melhores recursos didáticos e atividades, para motivar cada turma, como também tracei os objetivos e a estrutura do presente estudo, que exponho nos subcapítulos seguintes.

2.2. Objetivo do estudo

O presente relatório procura responder a três questões que considero de máxima importância:

- De que modo as questões de igualdade de género podem ser abordadas segundo o Perfil do Aluno?
- Qual é a importância para os alunos da participação em programas como o Parlamento dos Jovens?
- Qual é a opinião dos alunos acerca da sua participação no programa Parlamento dos Jovens?

Para ir ao encontro das mesmas envolvi-me com um grupo de alunos das turmas 9.º1 e 9.º2 na participação no Programa Parlamento dos Jovens. Embora não

participassem todos os elementos das turmas neste programa, ao longo da participação todos os elementos das turmas colaboraram com os colegas, uma vez que foram dedicadas aulas para preparar a participação destes nesta iniciativa da Assembleia da República.

Para responder a estas questões foi utilizado um inquérito por questionário composto por doze perguntas. Desta forma, procedemos a uma análise de dados descritiva onde, através da recolha de material quantitativo, procuramos perceber a avaliação que os alunos fizeram da sua participação no programa Parlamento dos Jovens e o que aproveitaram da participação no mesmo.

2.3. Caracterização da amostra

Após a escolha do tema do relatório de estágio e de delineara parte metodológica foi necessário pensar qual das turmas poderia constituir a amostra deste estudo. Tinha três níveis de escolaridade possíveis: 9.º ano, 10.º ano e 11.º ano. Após refletir, em conjunto com a orientadora cooperante, optei por focar o meu estudo nas duas turmas de 9.º ano de escolaridade. Selecionei estas turmas, pois mostraram-se motivadas e disponíveis para participar no projeto Parlamento dos Jovens, base do meu estudo.

As duas turmas do 9.º ano eram constituídas por um total de 51 alunos. A turma do 9.º 1 era constituída por 25 alunos, 13 do sexo masculino e12 do sexo feminino. As idades desta turma variavam entre os 13 anos e os 15 anos. Quatro alunos tinham ficado retidos em anos anteriores.

No que diz respeito à turma do 9.º 2 era constituída por 26 alunos, 15 do sexo masculino e 11 do sexo feminino. As idades desta turma variavam entre os 13 e 16 anos. Dois alunos eram repetentes, em anos anteriores.

Passando agora a fazer uma breve descrição das turmas, importa destacar que ambas eram muito diferentes, não só em termos de aproveitamento, mas também, em relação ao comportamento.

No que se refere ao 9.º 1, podemos considerar que era uma turma bem-comportada, com um aproveitamento médio. A grande maioria dos alunos obtinha resultados entre o 3 e 4. No que diz respeito à disciplina de História, a maioria dos alunos atingia notas

positivas (3), sendo que só alguns alunos tinham resultados positivos mais altos (entre os 4 e 5). Acrescentamos que, dentro deste contexto, a participação desta turma era fraca e que a maioria dos alunos estava desinteressado e desmotivado para a disciplina de História, o que se refletiu nos resultados.

Quanto ao 9.º2 observou-se, ao longo do ano, que era uma turma com bons resultados. A maioria dos alunos, no entanto, era malcomportada e mostrava-se pouco empenhada em obter bons resultados na disciplina. Os alunos eram bastante participativos, demonstrando curiosidade e capacidade crítica na análise das fontes históricas.

No geral, todos os alunos, das duas turmas, foram bastante cooperativos e interessados na participação em novos desafios, que ajudaram no cumprimento dos objetivos propostos.

Após a seleção das turmas que iriam constituir a amostra deste estudo, era importante planear e preparar os instrumentos de recolha de dados a ser aplicados durante o 3.º período. O próximo subcapítulo abordará o decorrer desse processo.

2.4. Metodologia

Ao planificar a minha investigação tive sempre em mente cumprir os objetivos a que me propus, sendo ambiciosa mas realista.

Numa primeira fase, foram dedicados cerca de quinze minutos da parte final de uma aula da minha orientadora cooperante para que pudesse apresentar o tema do programa do presente ano aos alunos, uma vez que os mesmos já conheciam o programa e já tinham participado. A professora apenas relembrou os pontos mais importantes deste programa, explicando que o tema do mesmo seria a "Igualdade de Género". Pediu aos alunos que pensassem se queriam participar e informou que na aula seguinte recolheria os nomes que fariam parte das listas. Este processo foi comum nas duas turmas no 9.º de escolaridade.

Na aula seguinte, a professora recolheu uma lista de cada turma, embora houvesse mais alunos interessados em participar, não eram suficientes para formar uma nova lista, que tem de contar com dez elementos. Uma vez criadas as listas, era necessário começar

a traçar com os alunos a sua participação neste programa. Embora se pretenda que o trabalho parta dos alunos, não foi assim que sucedeu. Vendo que os alunos estavam com dificuldades em dar o "pontapé de saída", a professora Mónica acordou que dedicaríamos parte de uma aula de noventa minutos para os ajudar. Uma vez que já estava decidido que o meu relatório de estágio iria incidir sobre a participação neste programa, decidimos que seria numa aula lecionada por mim.

Na turma 9.º1 foram dedicados os últimos trinta minutos da aula.

Quadro 1: Plano sintético da aula 1 da turma 9º.1.[22]

Domínio: A Europa e o Mundo no limiar do século XX	Duração: 90 min
Subdomínio: Portugal da 1ª República à Ditadura Militar	Data: 12-12-2017
Sumário: Entrega das Fichas de Avaliação. A queda da 1ª. República. A instauração da Ditadura Militar. Parlamento dos Jovens.	

Ao longo deste tempo, levantei as ideias tácitas dos alunos sobre o tema "Igualdade de Género", colocando-os a dialogar entre si e a debater opiniões. Neste debate não participaram apenas os alunos envolvidos no programa, mas sim todos os elementos da turma, uma vez que o tema é de carácter geral e do interesse de todos. Para facilitar o desenvolvimento do tema por parte dos alunos remeti-os para a página da internet da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, onde podem obter mais informação sobre o tema a tratar.

No final da aula, os alunos tinham decidido que a sua intervenção seria direcionada para o combate de estereótipos nas profissões e para a garantia de que nos processos de divórcios existam igualdade de critérios entre a guarda do menor ficar entregue a mãe ou ao pai.

Na turma 9.º2, o processo foi semelhante ao da turma 9.º1, embora tenha ocorrido umas aulas antes, devido a questões que nos ultrapassam, nomeadamente a existência de feriados.

[22] O plano de aula encontra-se de forma integral no anexo I.

Quadro 2: Plano sintético da aula 1 na turma 9.º2.[23]

Domínio A Europa e o Mundo no limiar do século XX **Subdomínio** As transformações políticas, económicas, sociais e culturais do após-guerra	Duração: 90 min Data: 15-11-2018
Sumário: O desenvolvimento da cultura de massas. Resolução de exercícios. Atividade no âmbito do programa Parlamento dos Jovens.	

Também nesta turma foram utilizados os últimos trinta minutos da aula para os alunos debaterem entre si questões relacionadas com a "Igualdade de Género", chegando-se à conclusão que a sua participação incidiria em questões como: aumentar a proteção as vítimas de violência doméstica e aumentar a pena aos agressores; e garantir às mulheres o direito de progressão na carreira sem serem vítimas de assédio sexual.

Tendo as duas principais medidas a defender elaboradas, as listas foram para casa com a missão de pensarem sobre o assunto, reunirem-se e posteriormente marcarmos uma reunião para, com a ajuda das professoras, prepararem a exposição das suas ideias de forma a preparar a Sessão Escolar. No entanto, quer eu, quer a professora, tomamos consciência de que estas reuniões não estavam a acontecer e que se não participássemos ativamente com os alunos neste programa, os mesmos não conseguiriam levá-lo ate ao fim. Foi então que decidimos reunir com as listas, em dias separados, para os ajudar a clarificar as suas medidas e os levar a fundamentar as mesmas. Para tal dedicamos duas quartas-feiras da parte da tarde, dia em que os alunos não tinham aulas e nós também não. Essas reuniões foram proveitosas, tendo os alunos debatido de forma exaustiva as suas medidas e criando os slogans para cada lista. A lista da turma 9.º1 definiu como slogan "Diz não à Desigualdade" (anexo III) e a turma 9.º2 "Vota B e olhem para as mulheres de outra forma" (anexo IV).

Finda esta primeira parte, os alunos elaboraram os cartazes que colocaram espalhados pela escola, dando início à campanha eleitoral que culmina com o dia das eleições. Tal como nas eleições para os órgãos de gestão do nosso país, também aqui foram retirados os cartazes nas vésperas das eleições.

No dia das eleições estiveram vários elementos das quatro listas participantes na mesa eleitoral, rodando entre si, mas nunca ficando apenas membros da mesma lista,

[23] O plano de aula encontra-se de forma integral no anexo II.

procurando-se deste modo evitar fraudes eleitorais. As urnas abriram às dez horas da manhã e fecharam às quinze e trinta. Ao longo do dia fui supervisionando as eleições.

Findas as eleições, desloquei-me com um grupo de alunas, previamente escolhidas, para a biblioteca da escola para procedermos a contagem dos votos. Uma vez terminada esta contagem foi elaborada a lista de deputados eleitos das listas participantes, foi dado conhecimento da mesma à diretora da escola que assinou o documento e posteriormente foi afixada na entrada da escola para conhecimento de toda a comunidade escolar. No dia seguinte, 24 de janeiro de 2018, ocorreu a Sessão Escolar, onde os deputados eleitos se reuniram para traçar o Projeto Recomendação da Escola.

Para além das propostas apresentadas pelas listas das minhas turmas, havia ainda as propostas da lista 1 que pretendia que as mulheres pudessem optar por um curso na área da informática e da tecnologia sem serem vistas de lado e propunham uma maior formação para os pais, para evitar a sobrecarga da mulher na área da parentalidade. A lista 3 propunha que os homens também deviam beneficiar dos cinco meses de parentalidade e propunham também que as listas de candidatos a qualquer eleição devessem ser constituídas por um número de mulheres em proporção ao número de mulheres da população em geral, pois afirmavam saber através dos censos que há mais mulheres do que homens em Portugal.

Com o decorrer do debate, os deputados chegaram à conclusão que faria sentido fundir a medida de que as mulheres devem ter o direito de optar por curso relacionados com a informática e a tecnologia sem serem olhadas de lado, com a medida de acabar com os estereótipos nas profissões. Posto isto, decorreu um debate, onde foram explicadas pelos deputados de cada lista as medidas que defendiam de forma a clarificar dúvidas existentes. Terminado o período de esclarecimento de dúvidas procedeu-se a votação das propostas que iriam formar o Projeto Recomendação da Escola. Foram elas: "propomos que se garanta que durante o processo de divórcio haja igualdade de tratamento entre pais e mães na atribuição da custódia dos filhos"[24] e "propomos que se

[24]in:http://app.parlamento.pt/WebUtils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c32467763484e79646a497664584273623246 6b4c314268636b707664693951636d39715a574e306231396b5a5639535a574e76625756755a47466a595739664f4463354e3138784e6a51314e5335775a47593d&Fich=Projecto_de_Recomendacao_8797_16455.pdf&Inline=true

garanta uma maior proteção às vítimas nos casos de violência nas relações entre pessoas de sexo oposto e aumentar a sua penalização." [25]

Prosseguindo com a sessão, decorreu a votação para eleger os deputados que representariam a escola na Sessão Distrital, tendo sido eleitos como deputados efetivos o aluno 1 e o aluno 2, e o aluno 21 como suplente. Aluno este que não pertencia às turmas que lecionei. Foi ainda eleita uma aluna para ser proposta à Mesa da Assembleia.

Para terminar a sessão foi pedido aos deputados ali presentes que sugerissem temas para a próxima edição do Parlamento dos Jovens, tendo estes sugerido o Racismo e a Eutanásia.

Terminada esta etapa começamos a preparação para a Sessão Distrital e para a Sessão com o Deputado da Assembleia da República. Esta última decorreu no dia 28 de janeiro de 2018, pelas 10 horas, no anfiteatro da escola. O Deputado presente, Jorge Machado do PCP começou por fazer uma breve apresentação de quem é, do que é ser um deputado da Assembleia da República. Prosseguiu apelando aos alunos que quando tiverem direito ao voto devem exercê-lo, explicando o quão importante foi o 25 de abril de 1974 nesse sentido. Explicou a atividade do Parlamento e a vida de um Deputado, nomeadamente o funcionamento da sua agenda.

Direcionando a sua intervenção para o tema "Igualdade de Género", o Deputado falou na proibição da discriminação entre sexos após a Constituição de 1976 levando a exaltação dos alunos que começaram a interrogá-lo de como é que se, já desde 1976 é proibido a discriminação, ainda em 2018 assistimos a ela. O deputado explicou que essa discriminação já não existe no setor público, mas sim no privado, algo mais complicado para o Estado controlar. Os alunos inquietaram-se e transmitiram ao deputado que o Governo deve investir mais na vigilância do setor privado para tentar combater estas fugas à lei.

[25] in:http://app.parlamento.pt/WebUtils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c32467763484e79646a497664584273623246 6b4c314268636b707664693951636d39715a574e306231396b5a5639535a574e76625756755a47466a595739664f4463354e3138784e6a51314e5335775a47593d&Fich=Projecto_de_Recomendacao_8797_16455.pdf&Inline=true

No seguimento desta questão, e como era uma proposta que os alunos levariam para a Sessão Distrital, o Deputado deu a palavra aos alunos para permitir que os mesmos esclarecessem dúvidas acerca das suas propostas.

Assim, os alunos do Ensino Básico tomaram a palavra e interrogaram o Deputado sobre a sua pretensão de que deveria haver mais apoios às vítimas de violência doméstica e um aumento das penas dos agressores. O deputado explicou que não será o aumento das penas que fará mudar os números de violência existentes, dando o exemplo dos Estados Unidos da América, onde existe pena de morte e os crimes continuam. O deputado sugere que no lugar do aumento das penas deveria existir mais campanhas de sensibilização para a prevenção dos casos de Violência Doméstica, não concordando com o que os alunos propunham.

Passando à próxima proposta, os alunos explicaram que sugeriam que se garantisse que durante o processo de divórcio houvesse igualdade de tratamento entre pais e mães na atribuição da custódia dos filhos. Jorge Machado proferiu que atualmente os tribunais já tendem a fazer uma melhor divisão nos processos de divórcio, no entanto, admitiu que em situações-limite as mulheres ainda tendem a ter vantagem.

A sessão prosseguiu e os alunos do Ensino Secundário tomaram a palavra apresentando a mesma proposta que os alunos do Ensino Básico, o aumento da pena para os agressores em casos de Violência Doméstica. Novamente, o Deputado tentou explicar aos alunos que na sua opinião o aumento da pena não iria solucionar o problema e que nem sempre a prisão era a solução. Explicou aos alunos que, nas prisões, os reclusos vivem muitas vezes em situações precárias, que por vezes aumentam ainda mais o seu instinto agressor. Um aluno toma a palavra e refere o caso de terror que aconteceu em Santo Tirso há uns anos, em que o namorado matou a namorada à paulada e enterrou o seu corpo para que este não fosse descoberto. Uma vez descoberto o crime, o jovem foi julgado e condenado. No entanto, por bom comportamento está em risco de não cumprir a pena até ao fim. Para os alunos estes casos incentivam a violência e demonstram falta de justiça no nosso país. O deputado toma a palavra e explica que em Portugal promove-se a reinserção do recluso na sociedade e que durante o seu tempo de cadeia oferece-se terapia para que o recluso

recupere a sua saúde mental. Contudo, admite que talvez estas medidas ainda não estejam a funcionar na sua plenitude e considera necessário haver melhorias.

A sessão prosseguiu muito direcionada para as cadeias e as penas dos reclusos, acabando por não chegar a uma conclusão unânime, os alunos continuaram a defender o aumento das penas embora o Deputado tentasse transmitir-lhes que talvez o caminho devesse fazer-se no sentido da sensibilização e da prevenção e não da pena depois do crime.

Embora curioso, também a segunda proposta dos alunos do Ensino Secundário se debruçava sobre a questão da parentalidade, embora estes achassem que era necessário dar formação aos pais para que possam assumir um papel mais presente na vida do recém-nascido, ajudando a mãe e atenuando as suas tarefas. Contudo, devido ao avançar da hora, o Deputado Jorge Machado não conseguiu tecer comentários e a sessão foi encerrada.

Nos dias 26 e 27 de fevereiro, tiveram lugar as Sessões Distritais do Porto, no auditório Venepor (Centro Comercial Venepor), na Maia, onde os lugares estavam devidamente marcados e todos os deputados estavam identificados com um crachá entregue pelos organizadores do evento. A sessão começou com a apresentação dos elementos da mesa, Carolina Camelo, a presidente de mesa, Fátima Silva e Bárbara Ferreira. Posteriormente, foi dada oportunidade de ouvir e falar com a deputada presente, a deputada Germana Rocha, do PSD, sobre algum assunto anteriormente formulado na escola.

Depois desta fase, deu-se início à apresentação dos projetos onde cada escola (52 no total) apresentou o seu projeto demonstrando os seus potenciais, tanto a nível de oratória, como de potencialidade do projeto. Findas as apresentações, deu-se o debate em que cada aluno poderia pedir a palavra para interpelar alguma medida constante nalgum projeto. Acabada esta fase foi feita a votação individual dos projetos, cada deputado efetivo tinha direito a votar em quantos projetos desejasse. Finalizada esta fase, foram contados os votos e foi decidido o projeto-base.

Já decidido o projeto-base foram organizados grupos de várias escolas para a reformulação do projeto podendo ser feitos 3 tipos de modificação, eliminação de uma

das medidas do projeto-base, aditamento de uma medida de outro qualquer projeto e alteração de redação, modificar uma expressão do projeto-base ou fusão de uma medida de outro qualquer projeto. Concluída esta fase, todos os grupos volveram à sala, onde um orador escolhido pelo grupo defendeu as medidas tomadas. Posto isto, foi realizada a votação das medidas. Finalizadas as votações para o projeto, foi realizada a eleição dos deputados para a sessão nacional onde apenas 5 escolas poderiam avançar. Esta votação foi realizada via digital, devidamente organizada segundo a disposição das filas de lugares, sendo no ano de 2017 as escolas votadas, Colégio de Ermesinde, Colégio Casa-Mãe, Escola Básica S. Tomé de Negrelos, Escola Secundária Inês de Castro e Escola Secundária D. António Taipa. Decididos os deputados, foi feita a candidatura dos porta-vozes para a sessão nacional, candidatando-se os alunos Diogo Barroso, André Cálix e Frederico Ferreira, vencendo em primeiro lugar o porta-voz Frederico Ferreira o representante do círculo na sessão nacional, em segundo, o deputado André Cálix e, em terceiro lugar, o deputado Diogo Barroso. Finalizando assim como a divulgação do projeto mais votado no círculo para o ano seguinte, votação anteriormente feita no decorrer dos trabalhos.

Terminava, assim, a participação dos meus alunos no Programa Parlamento dos Jovens. Foi uma experiência diferente que lhes permitiu relacionar-se de perto com uma questão que tanto inquieta a sociedade nos dias de hoje. Saíram daquele auditório com o gosto amargo da derrota, mas com a certeza que tinham adquirido conhecimentos e novas formas de ver o mundo. Saíram mais cultos e mais preparados para o mundo do amanhã. Mas saíram apenas três alunos de uma comunidade muito maior. Assim, senti que deveria fazer mais pelos que não puderam ter a experiência de participar nesta sessão. Como nos fora proposto numa Unidade Curricular a realização de um evento envolvendo a comunidade escolar, em particular os alunos, e depois de conversar com a orientadora cooperante, decidimos realizar um evento relacionado com a violência no namoro e a violência doméstica, que transmitisse aos alunos que esta realidade existe e que não podemos ficar indiferentes a ela. Pretendia que, no final da conferência, os alunos ficassem esclarecidos quanto ao tema e que percebessem que a violência entre

íntimos não acontece só com o sexo feminino, mas que é uma violência sem género, podendo ambos assumir o carácter de vítima e de agressor.

A professora Mónica Nogueira concordou e juntas tratamos de preparar a nossa conferência. Começamos por lhe atribuir um nome, queríamos que o mesmo refletisse ambos os tipos de violência que pretendíamos tratar, surgiu Violência Conjugal.

Em seguida, consultámos o calendário escolar para escolhermos uma data a apresentar à Diretora da Escola, a professora Cláudia Soares. Inicialmente apontámos o dia 6 de abril de 2018, uma sexta-feira. Consultamos a Diretora da escola sobre a possibilidade de organizarmos uma conferência na escola no já referido, da qual obtivemos uma resposta afirmativa. A Professora Cláudia Soares foi ainda mais além, mostrando-se disponível para colaborar em tudo o que necessitássemos e ainda se ofereceu para ajudar no contacto com os possíveis conferencistas. Obtendo tão afável resposta, chegava a hora de começar a fomentar as ideias, estruturar a conferência e definir quem iríamos convidar para oradores. Pedi, ainda, à Professora Cláudia Soares se me daria a honra de encerrar o meu evento.

O primeiro nome a surgir, ainda no decorrer da conversa com a Diretora da escola, foi o Agente Ricardo Gouveia, licenciado em Sociologia e com várias ações de sensibilização dos jovens para as questões relacionadas com a violência conjugal. A Professora Cláudia Soares ofereceu-se para estabelecer o contacto com o agente e posteriormente informar-nos-ia sobre a sua resposta. Resposta que fora positiva.

Até então tudo estava a correr bem e a conferência começava a tornar-se real, já tinha uma data e um conferencista confirmado. Mas, numa reunião com a Professora Doutora Cláudia Pinto Ribeiro, no seguimento de uma aula assistida, abordamos a questão da organização do evento e tomamos consciência que a data escolhida era utópica. No dia 6 de abril os alunos ainda se encontravam de férias da Páscoa. Em conjunto, debruçamo-nos sobre a agenda e depois de consultar as datas dos outros eventos dos colegas de Mestrado pareceu-nos conveniente marcar o meu evento para o dia 13 de abril, seria novamente numa sexta-feira.

A Professora Doutora Cláudia Pinto Ribeiro sugeriu que contactasse a professora Dina Fernandes, antiga aluna, que no ano letivo anterior, aquando a sua Iniciação à Prática Profissional, tinha desenvolvido trabalhos na área da violência conjugal.

Terminada a reunião e com uma nova data apontada dirigi-me, acompanhada pela Professora Mónica Nogueira, ao gabinete da Diretora para lhe informar do lapso que havíamos cometido e perguntar se a nova data seria viável. A Professora Cláudia Soares confirmou de imediato que seria possível realizar o evento na nova data, uma vez que o auditório se encontrava disponível. No entanto, teria de voltar a contactar o Agente Ricardo Gouveia para solicitar a sua disponibilidade nesta nova data. A 13 de abril o Agente Ricardo Gouveia não se encontrava no ativo, uma vez que estaria de férias. Contudo, gentilmente, sugeriu que contactássemos a Casa Abrigo de Santo Tirso, solicitando se haveria alguém responsável pela mesma que se mostrasse disponível para colaborar na minha conferência. A Professora Cláudia Soares prontificou-se, novamente, a estabelecer o contacto com a coordenadora da casa abrigo, a Dra. Sara Almeida e Silva, primeiramente por via telefónica e mais tarde via e-mail. Em resposta, a Dra. Sara Almeida e Silva agradeceu o convite e lamentou não poder estar presente, propondo que a sua colega, a Psicóloga Sofia Moita, para a substituir no evento.

A Professora Mónica contactou a Psicóloga Sofia Moita, que confirmou a sua disponibilidade para participar no evento. A Orientadora Cooperante explicou que pretendíamos que a sua intervenção se direcionasse para a Violência Doméstica com base na sua experiência no apoio à vítima enquanto Psicóloga na Casa Abrigo.

Posteriormente, contactei a Professora Dina Fernandes sobre a possibilidade de participar no meu evento, ao qual obtive uma resposta afirmativa. A Professora Dina Fernandes confirmou de imediato que estaria disponível para colaborar comigo, pedindo-me apenas que a informasse sobre o programa do evento, sobre que assuntos gostaria que ela abordasse e quanto tempo teria disponível para a sua intervenção. Pedi à professora Dina Fernandes que abordasse questões relacionadas com a Violência no Namoro, para que conseguisse transmitir aos jovens, o público-alvo, que são questões delicadas e que pode acontecer a qualquer um de deles. Mais tarde enviei o programa do evento.

O local estava escolhido e as conferencistas confirmadas, chegava a hora de pensar nos pormenores. Como ia divulgar o evento? Como ia organizar o evento? Como poderia colocar os alunos a participar no mesmo? Que turmas levaria? A que horas deveria começar? A que horas deveria terminar? Deveria existir um pequeno CoffeeBreak? Que turmas deveria convidar para assistir à conferência?

Assim, tomei consciência que organizar um evento não é tão simples como pode parecer ao olhar de quem assiste ao mesmo.

Comecei por escolher as turmas que levaria ao evento, sendo que as turmas do 9.º1 e do 9.º2 seriam imprescindíveis, uma vez que foi com estas duas turmas que trabalhei as questões de igualdade de género a quando da participação no programa Parlamento dos Jovens, onde acabamos a debatermos questões ligadas à violência conjugal. Pedi dispensa aos professores que dariam aulas às referidas turmas no horário onde decorreria o meu evento, obtendo respostas afirmativas. Outra turma que nos pareceu pertinente que assistisse à conferência foi a turma do 8.º1,que também participou no programa Parlamento dos Jovens e se debateu com questões relacionadas com a violência entre íntimos. Uma vez que era importante a participação da Professora Mónica Nogueira no evento, e no horário do mesmo ela estaria em aulas com a turma do 10.º5, acordamos que a mesma iria à conferência. Sendo assim teria como público quatro turmas.

Para começar pedi, ainda no início do mês de março, aos alunos das turmas em que desenvolvia a minha Iniciação à Pratica Profissional que desenvolvessem trabalhos para colocar em exposição na parede de entrada da escola. Sugeri que esses fizessem um desenho relacionado com a Violência Doméstica acompanhado de uma frase. Pedi que me entregassem os desenhos no penúltimo dia de aulas do segundo período, indicando que o autor do melhor trabalho receberia um prémio. Chegado ao penúltimo dia de aulas não me fora entregue qualquer trabalho. Nas férias da Páscoa enviei um email a todas as turmas a relembrar o pedido de colaboração. Pedi ainda a um aluno que abrisse a conferência com um momento musical.

Na preparação do programa do meu evento idealizei que este começaria com uma receção aos Professores e estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto,

seguida por uma visita à exposição, acompanhada por uma breve explicação. Finda a visita, os convidados elegeriam o melhor trabalho exposto. Seguia-se um pequeno CoffeeBreak destinado aos convidados.

Terminada a primeira parte do evento, os convidados e os alunos entrariam no auditório onde teríamos um momento musical. Posteriormente, abriria a sessão, explicando a pertinência da mesma emitindo alguns agradecimentos. Em seguida, um aluno do 9.º1 apresentaria uma reflexão sobre o tema, realizada no âmbito da participação no programa Parlamento dos Jovens. Posto isto, começariam as intervenções das conferencistas convidadas, sendo disponibilizados trinta minutos para cada uma. Terminadas as intervenções começaríamos um período de colocação de questões às oradoras e terminaríamos a conferência com a intervenção da Diretora do Agrupamento, a Professora Cláudia Soares ou algum representante.

Findo o programa, era hora divulgar o meu evento e convidar os meus colegas de Mestrado e os Professores da Faculdade de Letras. Para tal, resolvi criar uma página no Wix (https://dianafrenandes.wixsite.com/violenciaconjugal) onde coloquei uma breve apresentação do evento, o programa, a localização e o formulário de inscrição. De seguida, facultei o link de acesso aos meus colegas de Mestrado, à Professora Doutora Cláudia Pinto Ribeiro e ao Professor Doutor Luís Alberto Alves, solicitando a inscrição no evento.

No início do 3.ºperíodo, constatei que poucos alunos tinham realizado trabalhos para a exposição. Então, preparei materiais e com a autorização da professora Mónica dediquei uma aula de noventa minutos nas duas turmas do 9.ºano para a preparação de trabalhos para a exposição. Mesmo em contexto de sala de aula e dispondo de variados materiais foi difícil obter a concentração dos alunos com vista à produção de trabalhos originais.

Quadro 3: Plano de aula da aula 2 da turma 9º.1 e 9º.2.

REPÚBLICA PORTUGUESA

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D.DINIS Santo Tirso

U.PORTO FACULDADE DE LETRAS UNIVERSIDADE DO PORTO

Data: 10-4-2018			
Sumário: Atividades no âmbito da Conferencia "Violência Conjugal", na continuidade da participação no Programa Parlamento dos Jovens.			
Situação-problema: A violência conjugal abarca comportamentos utilizados num relacionamento, por uma das partes, sobretudo para controlar a outra.			
Questões orientadoras: • **De que modo a participação no Programa Parlamento dos Jovens nos deu outra visão sobre o tema Igualdade de Género?** • **Como podemos consciencializar a comunidade escolar e não escolar para as questões de violência conjugal?**			
Metas Curriculares		**Estratégias de Aprendizagem**	**Avaliação**
Conteúdos/Conceitos	Objetivos Gerais/Descritores		
1. 1.1. O programa Parlamento dos Jovens, aprovado pela Resolução n.º 42/2006, de 2 de junho, é uma iniciativa da Assembleia da República, dirigida aos jovens dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, de escolas do ensino público, privado e cooperativo do Continente, das Regiões Autónomas e dos círculos da Europa e de Fora da Europa. Que tem como principal objetivo Educar para a cidadania, estimulando o gosto pela participação cívica e política.	1. Consciencializar os alunos para as questões voltadas para a Igualdade de Género e para a Violência no Namoro e a Violência Doméstica.	1. 1.1. Será pedido aos alunos que participaram no programa Parlamento dos Jovens que elaborem uma reflexão sobre a sua participação no mesmo.	Ao longo de toda a aula vão ser avaliadas as componentes do saber ser e estar, dos alunos. Empenho dos alunos nas atividades propostas.
1.2. A violência conjugal é um fenómeno polissémico que se expressa de várias formas: abusos psicológicos, maus tratos físicos, abusos sexuais e outras. Tanto mulheres como homens são atingidos nas relações, porém, em razão da especificidade de género, de forma diferenciada. Em situações de violência conjugal os homens costumam ser agredidos pela mulher, mas com crueldade e gravidade menor do que as mulheres são atingidas por eles. A violência conjugal ocorre com casais de todas as classes sociais, raças, idades, etnias e orientação sexual e, embora os motivos sejam os mais variados possíveis, sua raiz é o poder patriarcal que promove a desigualdade e a dominação do homem nas relações de género.		1.2. Será pedido aos alunos que elaborem cartazes com frases que remetam para os problemas de Igualdade Género, em especial associados à violência no Namoro e à violência Doméstica.	

A turma que mais colaborou na organização da exposição foi a turma do 10.º5, que sendo alunos do curso Cientifico-Humanístico e Artes Visuais produziram, em casa, trabalhos fantásticos. Da turma do 11.º4, também alunos do mesmo curso, só obtive um único trabalho.

Em casa, utilizando alguns dos melhores trabalhos dos alunos, fotocopiei-os e colei-os numa folha de cartolina. No verso do pequeno quadrado de cartolina coloquei o programa do evento. Este meu pequeno trabalho manual tinha como objetivo funcionar como um marcador de livros e servir como lembrança do meu evento.

Na véspera do evento, em conjunto com a Professora Mónica Nogueira, montamos a exposição dos trabalhos dos alunos, na parede de entrada da escola, a primeira parede

que os alunos encontram quando entram na escola, a exposição teria assim uma maior visibilidade e um maior impacto.

No dia 13 de abril cheguei cedo à escola para finalizar os últimos preparativos.

Entretanto começaram a chegar os convidados e comecei com a presentação da exposição explicando que os trabalhos expostos tinham sido realizados pelos meus alunos dos diferentes níveis de escolaridade e que se prendiam com a visão pessoal de cada um sobre o tema retratado.

Finda a explicação, foi pedido que cada convidado escrevesse num papel o número do trabalho que considerasse o melhor.

Terminada a visita à exposição, os convidados e as conferencistas deslocaram-se para a entrada do auditório onde se encontrava o CoffeeBreak, a fim de desfrutarem dele.

Por volta das 10h10, as portas do auditório abriram-se para a entrada dos alunos. Em primeiro lugar, sentaram-se os convidados, seguidos pelas turmas convidadas.

A conferência abriu com o momento musical, seguindo-se uma pequena intervenção minha, onde agradecia presença de todos, em especial os convidados da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Passando depois aos agradecimentos mais específicos, agradeci à Professora Mónica, uma vez que sem a ajuda dela não conseguiria organizar o meu evento, à Direção da escola, que sempre me ajudou em tudo o que necessitei, e à Professora Dina Fernandes e à Psicóloga Sofia Moita por se mostrarem disponíveis para a colaborar comigo.

Terminados os agradecimentos, fiz uma breve apresentação do evento, explicando o propósito do mesmo. Em seguida, uma aluna do 9.º1 leu a reflexão (anexo V) que a sua turma fez no contexto da participação no programa Parlamento dos Jovens, onde abordaram o tema da violência entre íntimos.

A Professora Dina Fernandes começou, em seguida, com a sua intervenção, fazendo uma exposição baseada no diálogo com os alunos, permitindo-lhe captar a atenção destes e levá-los a debater sobre a Violência no Namoro. Aquando da sua intervenção começou por projetar um vídeo desenvolvido numa campanha de sensibilização dos jovens para os casos de Violência no Namoro, intitulado de "Quem

ama não te agride."[26]Ao longo do seu discurso colocou questões diretas ao público, refletiu com ele sobre as mesmas e deu o seu exemplo como testemunha de um caso de Violência no Namoro. Antes de terminar a sua intervenção, a Professora Dina Fernandes deixou dicas de como devemos agir caso estejamos a ser vítimas ou a presenciar algum caso de Violência no Namoro. Para terminar, utilizou um vídeo[27]produzido em Itália, com crianças, onde é visível que estas começam a tomar consciência de que não devemos agredir o outro.

A Psicóloga Sofia Moita tomou a palavra começando por projetar um vídeo intitulado "Não confunda amor com abuso"[28], partindo dele a sua intervenção. Falou em questões sobre a Violência no Namoro e sobre a Violência Doméstica, referindo o ciclo da mesma, abordou questões relacionadas sobre como pode a vítima recorrer a ajuda e que tipo de ajuda pode encontrar. Mas focou a sua intervenção sobre como age o agressor e como é o estado psicológico do mesmo.

Terminadas as intervenções deu-se lugar à colocação de questões por parte do público às conferencistas. Algumas das questões colocadas pelos alunos foram previamente elaboradas, uma vez que tive receio que estes não colocassem questões, quer por vergonha, quer por preguiça. Aqui constatamos que, para além das questões prévias que traziam, os alunos colocaram outras, o que me leva a acreditar que estiveram atentos e refletiram sobre o assunto ali retratado.

Para encerrar a sessão dei a palavra à Diretora do Agrupamento, a Professora Cláudia Soares que nos honrou com um brilhante discurso. Para além de encerrar de forma magnífica a sessão, a Professora Cláudia Soares teceu palavras de encorajamento não só a mim, mas também aos meus colegas de Mestrado, de modo a deixarem nós uma réstia de esperança que a profissão de Professor terá melhores dias e que seremos, no futuro, compensados pela fantástica e imprescindível profissão que abraçamos.

---

[26] in: https://www.youtube.com/watch?v=CxeTVQFURxA

[27] in: https://www.youtube.com/watch?v=dskug-h35aE

[28] in: https://www.youtube.com/watch?v=4FK13w5MFlg

Mesmo para terminar agradeci novamente às conferencistas, presenteando-as com uma pequena lembrança, uma caixa com jesuítas, doce típico de Santo Tirso. Agradeci novamente à Professora Doutora Cláudia Pinto Ribeiro pela sua presença, entregando-lhe também uma lembrança. E, por fim, agradeci ao restante público pela atenção e pela fantástica colaboração.

Terminou assim a minha conferência sobre a Violência Conjugal e com ela a metodologia utilizada para a elaboração deste relatório. No próximo capítulo, passarei à análise dos resultados obtidos em resposta ao questionário aplicado aos alunos que intervieram de forma mais ativa neste processo.

O questionário (anexo VI) foi concebido de uma forma simples, de modo a facilitar o preenchimento do mesmo por parte dos alunos. Foram utilizadas questões de escolha múltipla e de resposta curta, que na sua maioria serviam para justificar a resposta dada na questão de escolha múltipla. Existia, ainda, uma questão de resposta aberta, onde se pretendia que o aluno desenvolvesse a sua resposta.

O primeiro rol de questões era dedicado ao tema "Igualdade de Género" e ao conhecimento dos alunos sobre o mesmo. A primeira questão foi elaborada no sentido de perceber se os alunos consideram pertinente o tema "Igualdade de Género". A segunda questão pretende perceber de que modo o programa fez com que os alunos olhassem para as questões sobre este tema de uma maneira diferente, uma vez que na maioria dos casos estes assuntos passam despercebidos ao olhar dos adolescentes. Para completarem a resposta, e uma vez que a pergunta era de escolha múltipla, foi pedido aos alunos que justifiquem a resposta anterior. A terceira pergunta tinha o intuito de levar os alunos a refletir sobre o seu dia a dia e a pensarem que assistem a questões de desigualdade entre géneros. Se respondessem de forma afirmativa era pedido que indicassem um exemplo dessa desigualdade.

O segundo rol de questões estava diretamente relacionado com a participação dos alunos no programa Parlamento dos Jovens, tendo como objetivo avaliar a participação dos alunos neste programa. A quarta pergunta inquiria os alunos sobre a dificuldade, enquanto membros de uma lista, de proporem as suas medidas. A quinta pergunta incidia sobre o ato eleitoral, inquirindo se os alunos acharam que este decorreu de forma

justa e pedindo posteriormente para justificarem a sua resposta. A sexta pergunta está relacionada com a Sessão Escolar e tinha o objetivo de os alunos avaliarem a mesma. A sétima pergunta também se encontra relacionada com a Sessão Escolar, mas aqui era pedido aos alunos que avaliassem as medidas que constituíram o Projeto Recomendação da Escola. A oitava pergunta também se insere num contexto de avaliação por parte dos alunos, mas nesta era pedido aos alunos que avaliassem a Sessão com o Deputado Jorge Machado. A nona pergunta está, também, relacionada coma Sessão com o Deputado, mas aqui pretendia-se que os alunos respondessem se esta sessão os ajudara na preparação para a Sessão Distrital, pedindo-se de seguida uma justificação da resposta, quer tenha sido afirmativa ou negativa. A décima questão é dedicada apenas aos alunos que tiveram a oportunidade de participar na Sessão Distrital. Aqui era pedido aos alunos que elaborassem um pequeno comentário acerca da mesma. A décima primeira pergunta assume um papel de destaque para o meu estudo, uma vez que era perguntado aos alunos se gostariam de voltar a participar num programa como o Parlamento dos Jovens, justificando a sua resposta. Esta questão tem como objetivo perceber se estas atividades despertam o gosto nos alunos pelos assuntos da atualidade, pelo debate e desenvolvimento do seu espírito crítico. A última questão pede aos alunos para avaliarem a sua participação neste programa.

Capítulo III

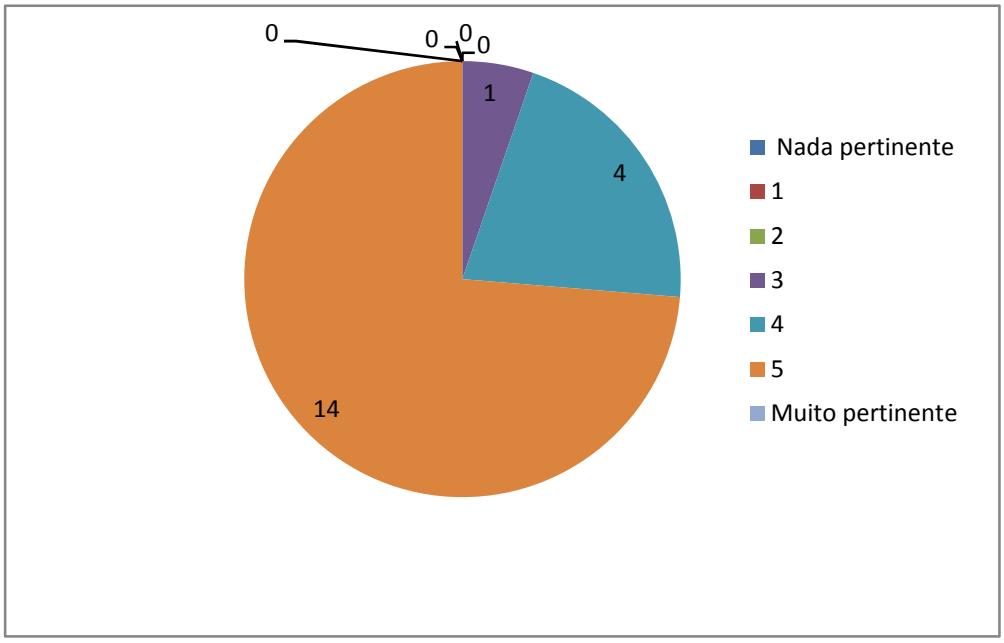
Análise dos resultados

Este capítulo procura incidir sobre a análise dos dados recolhidos, em contexto da prática letiva, procurando responder às questões de investigação, já anteriormente mencionadas.

Como foi referido anteriormente, o inquérito por questionário (anexo III), era constituído por doze questões, de resposta rápida e foi respondido pelo total de 19 alunos. No entanto, nas questões números 2,3,5,9 e 11 foi pedido aos alunos para justificar a sua resposta, com o objetivo de os mesmos conseguirem expressar, de forma mais desenvolvida, as suas ideias. A questão número 10 é de resposta curta. Acrescentamos ainda que, a partir da questão número 4, as perguntas são referentes, especificamente, à participação dos alunos no programa "Parlamento dos Jovens". As anteriores dizem respeito, ao tema do mesmo.

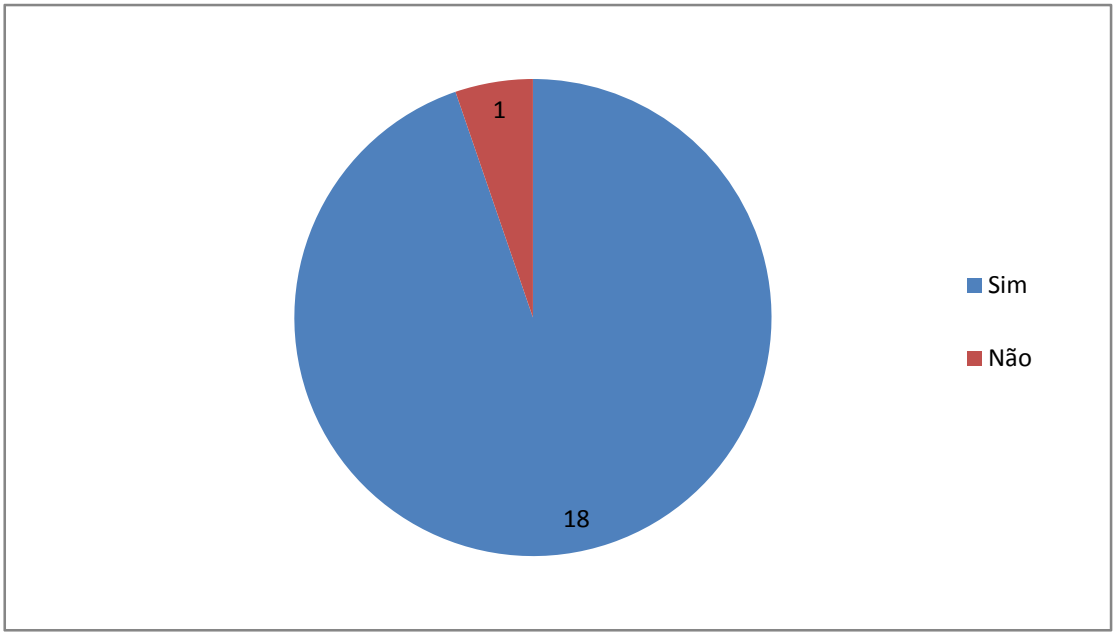
Para ir ao encontro do que mencionámos no parágrafo anterior, analisaremos os resultados de cada pergunta individualmente. No que se refere à **questão 1**, *«Como avalias o tema escolhido, "Igualdade de Género", para a edição deste ano do programa "Parlamento dos jovens"?»* (Gráfico 1), percebemos que a quase totalidade dos alunos (14) respondeu que o tema era muito pertinente. Isto comprova, tal como afirmamos no capítulo I, que este tema é bastante importante e interessante para desenvolver na Escola, com os estudantes, devido à sua atualidade.

Gráfico 1- ***«Como avalias o tema escolhido, "Igualdade de Género", para a edição deste ano do programa "Parlamento dos jovens"?»***



Passando para a análise dos dados recolhidos na **questão 2**, *"A participação neste programa fez-te olhar para as questões de Igualdade de Género com mais atenção?"* (Gráfico 2), importa ressaltar que 18 alunos responderam "Sim" e 1 aluno "não". Estes resultados refletem a relevância do Parlamento do Jovens para o aprofundamento de certos assuntos. Destacamos, dentro desta pergunta, algumas frases dos alunos, para justificar a sua resposta. Por exemplo, o Aluno 3respondeu que a participação do Parlamento dos Jovens o fez olhar com maior atenção para as questões da Igualdade de Género, pois "hoje em dia tem de se dar mais atenção a este ponto, pois todos temos de ter os mesmos direitos". O Aluno 4 respondeu "sim" a esta questão, acrescentando como justificação "Pois fez-me ver que na sociedade há muita desigualdade". Estes dois alunos mostram plena consciência de que ainda existe desigualdade entre géneros, não concordando com isso.

Gráfico 2–*"A participação neste programa fez-te olhar para as questões de Igualdade de Género com mais atenção?"*



À questão **número 3** «*Tinhas conhecimento da existência de "Desigualdade de Género"*» (Gráfico 3), a maioria (17 alunos) respondeu que "sim" e só dois alunos responderam que "não". Portanto, percebemos que quase todos os alunos inquiridos sabiam que, ainda nos dias de hoje, existe desigualdade entre os géneros. Esta resposta dos alunos pode ser justificada, pois foram abordados estes conteúdos nas aulas de História, como já referidos no capítulo II. Destacamos ainda, nesta pergunta, algumas frases dos alunos, que deram alguns exemplos de desigualdades entre géneros:

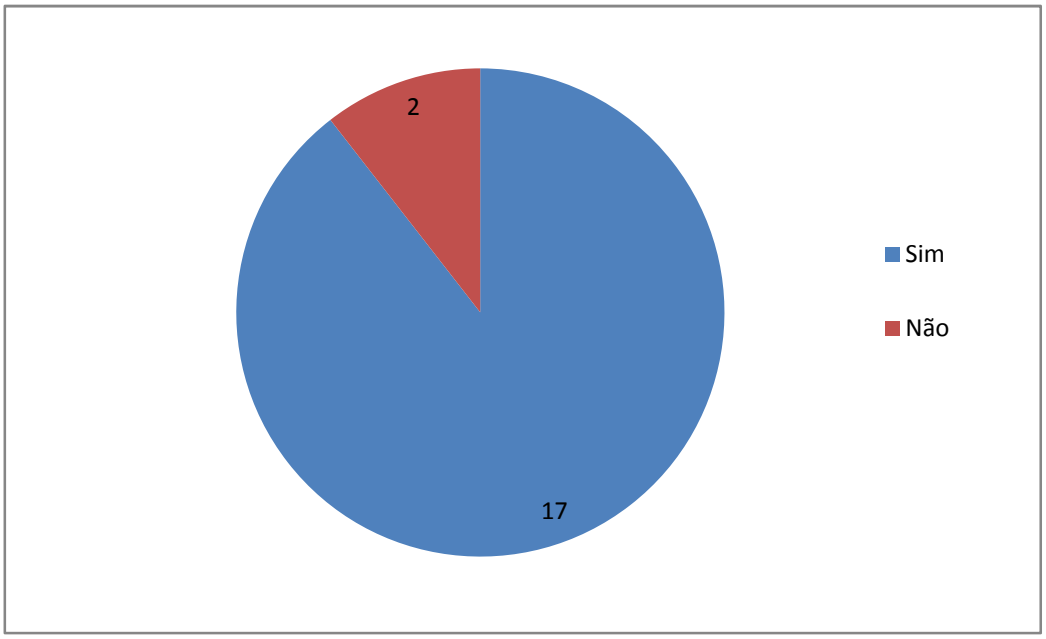
"Desigualdade de género no salário." (Aluno 5)

"Existe desigualdade de género no dia-a-dia, como por exemplo, os homens pensarem que a mulheres são para realizar as tarefas domésticas, ou que as mulheres são inferiores." (Aluno 6)

"Os homens são mais beneficiados a nível de cargos e de dinheiro, nas empresas." (Aluno 7)

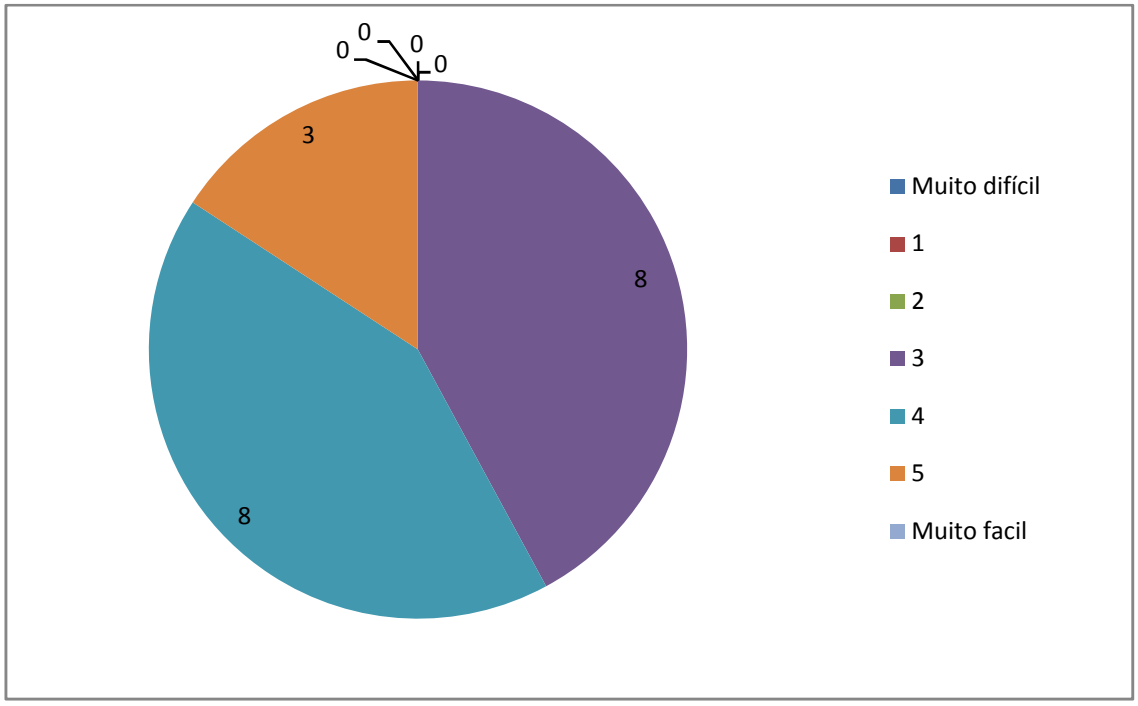
Em termos globais todas estas respostas apresentam exemplos de desigualdade de género, que perduram até aos nossos dias, como a questão do salário e dos cargos mais elevados, principalmente, em certas empresas.

Gráfico 3- «Tinhas conhecimento da existência de "Desigualdade de Género"?»



No que se refere à questão **número 4** "Consideras que foi difícil, enquanto lista, proporem medidas?" (Gráfico 4), as respostas estão bastante distribuídas pelos 5 níveis de avaliação. 8 alunos responderam que acharam razoável (nível 3) proporem medidas, enquanto lista. O mesmo número de alunos respondeu que foi fácil (nível 4) sugerir medidas para a sua lista. Nenhum aluno assinalou o nível 1 (Muito difícil), nem o nível 5 (Muito fácil) e só 3 alunos assinalaram o nível 2, que corresponde a difícil. Concluímos, portanto, que alguns estudantes sentiram dificuldades em propor medidas para a sua lista. Isto pode ser explicado, pois os alunos não estão habituados nem a trabalhar em grupo, nem a criticar e a debater assuntos, que perduram ao longo da História até à atualidade.

Gráfico 4- "Consideras que foi difícil, enquanto lista, proporem medidas?



Passando para a análise dos dados recolhidos na **questão 5**, "Consideras que o ato eleitoral decorreu de forma justa?" (Gráfico 5), a maioria dos alunos (15) respondeu que "Sim" e só 4 é que responderam que "Não". Destacamos, no entanto, algumas justificações dos alunos, para percebermos o que correu bem e o que poderia ter decorrido de melhor forma:

"Não, pois perto da minha mesa estavam pessoas a influenciar o voto dos alunos." (Aluno 3)

"Não, porque houve algumas irregularidades no momento do voto." (Aluno 5)

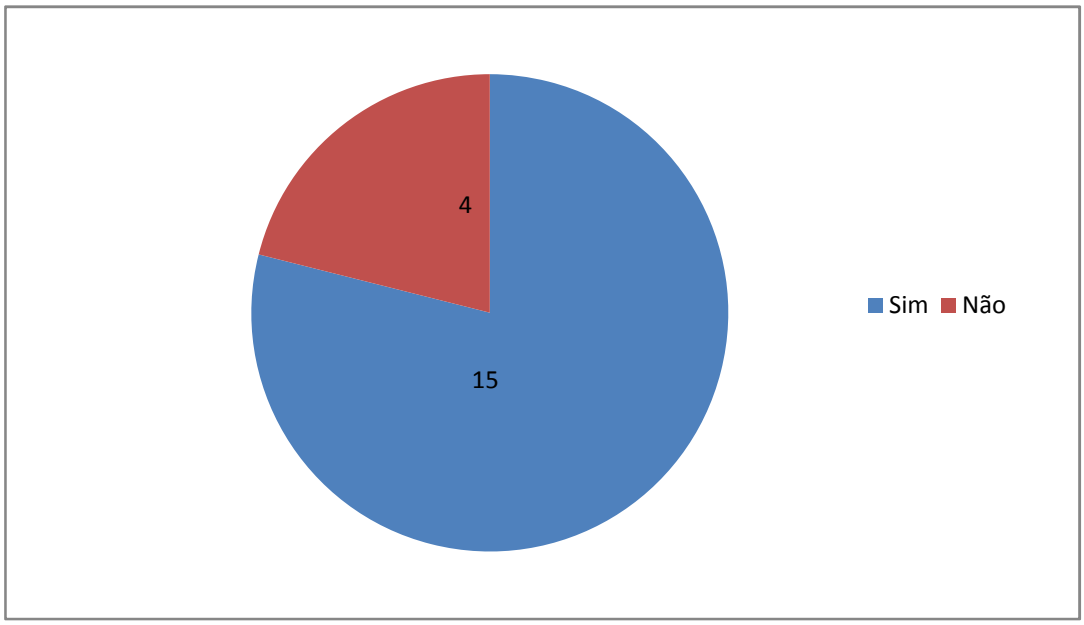
"Sim, cada um teve o seu tempo, que foi utilizado corretamente." (Aluno 7)

"Sim, pois tivemos um bom momento de debate, onde se discutiram boas ideias e foi justo." (Aluno 8)

Os alunos que responderam que não decorreu da melhor forma, justificam a sua resposta, pois existiram alguns alunos que influenciaram os votos dos outros. O aluno 5,

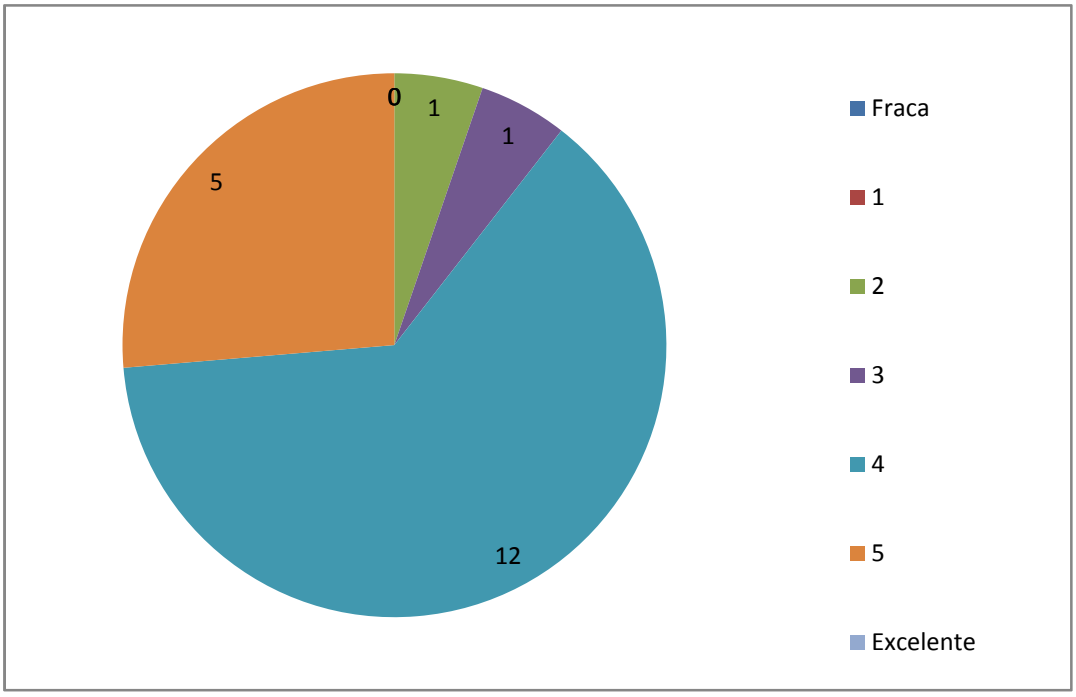
apesar de afirmar que existiram irregularidades, não especifica nenhuma. Por fim, os outros dois alunos justificam que o ato eleitoral correu bem, pois todos tiveram a oportunidade de debater as suas ideias e todos tiveram tempo para exercer o seu direito de voto consciente.

Gráfico 5- "Consideras que o ato eleitoral decorreu de forma justa?"



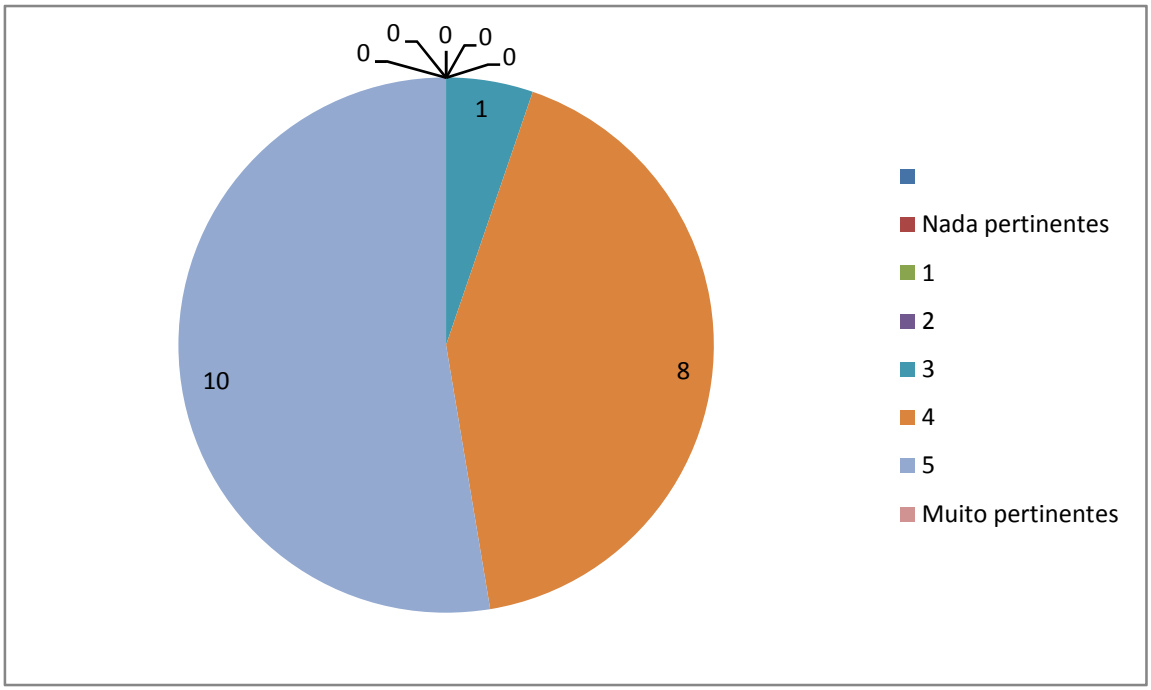
No que se refere à **questão 6,** "Tendo em conta a tua participação na Sessão Escolar como a avalias?" (Gráfico 6), a maioria dos alunos assinalou os níveis mais altos, considerando a sua participação como "excelente" (5 alunos) e "Boa" (12 alunos). Assim sendo, podemos concluir que os alunos demonstram bastante empenho neste tipo de atividades, pois são bastante diferentes das que eles tão habituados. Ao mesmo tempo, este tipo de iniciativas é de suma importância para desenvolver a capacidade de análise e reflexão dos estudantes.

Gráfico 6- "Tendo em conta a tua participação na Sessão Escolar como a avalias?"



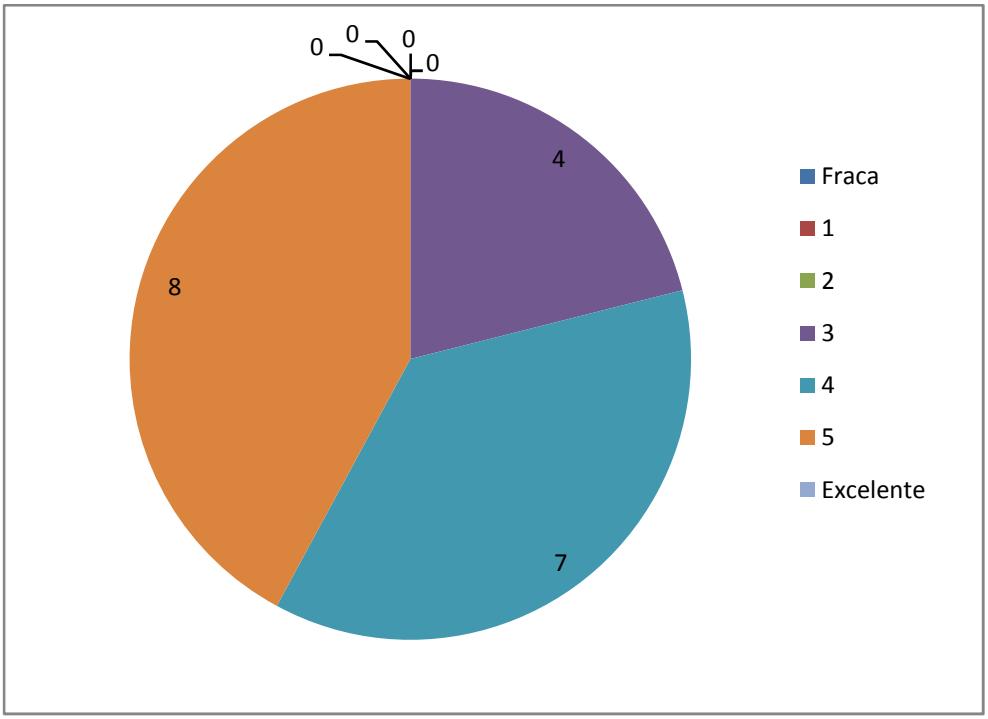
Na questão **número 7, "**Tendo em conta as medidas saídas da Sessão Escolar como as avalias?" (Gráfico 7), era pedido para os alunos refletirem sobre as medidas que saíram da Sessão Escolar e que as avaliassem, numa escala de 1 a 5. A maioria dos estudantes concentrou as suas repostas nos dois níveis mais altos: nível 4 (8 alunos) e nível 5 (10 alunos). Concluímos que os alunos consideraram as medidas que saíram da Sessão Escolar pertinentes e que se envolveram com o tema, considerando importante debater sobre ele.

Gráfico 7- "Tendo em conta as medidas saídas da Sessão Escolar como as avalias?"



Passando à analise dos dados recolhidos na **questão 8,** "Como avalias a Sessão com o Deputado Jorge Machado?" (Gráfico 8), as respostas foram distribuídas por três níveis distintos. O maior número de alunos assinalou o nível 5 (8 alunos); o nível 4 foi assinalado por 7 alunos; e o nível 3 por 4 alunos. Concluímos, portanto, que quase todos os alunos acharam bastante proveitosa a Sessão com o deputado da Assembleia da República.

Gráfico 8- "Como avalias a Sessão com o deputado Jorge Machado?"

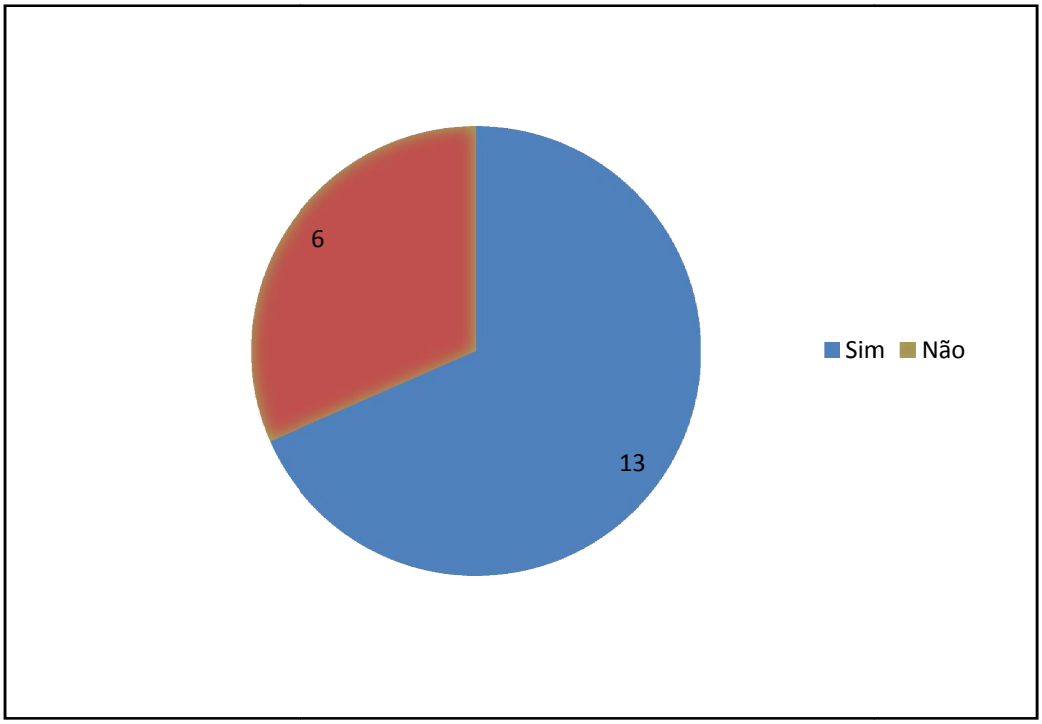


Na questão 9 "Consideras que a Sessão com o Deputado ajudou na preparação para a Sessão Distrital?" (Gráfico 9), a maioria dos alunos respondeu "sim" (13 alunos), sendo que só 6 alunos responderam que "Não". Estes não puderam estar presentes na sessão, daí a sua resposta. Importa destacar ainda algumas justificações dos alunos, para as suas respostas:

"Sim, pois o deputado Jorge Machado ajudou-nos a compreender como funcionam as coisas na política e como decorrem as sessões no Parlamento e como poderíamos melhorar o nosso discurso no debate." (Aluno 9)

"Sim, pois esclarecemos dúvidas pertinentes e apresentamos-lhe as nossas ideias." (Aluno 3)

Gráfico 9- "Consideras que a Sessão com o Deputado ajudou na preparação para a Sessão Distrital?"



Perante estas respostas dos alunos percebemos que a sessão com o Deputado foi bastante pertinente e importante para o decorrer da atividade Parlamento do Jovens. Além disso, este tipo de iniciativas promove o contacto entre a escola e outros órgãos do país, o que é muito bom para o aprofundamento da aprendizagem dos alunos.

No que se refere à **questão 10**, "Se participaste na Sessão Distrital faz um pequeno comentário acerca da mesma", esta exigia uma resposta curta, daí não termos realizado nenhum gráfico. No entanto, só obtivemos uma resposta, porque só um aluno participou na Sessão Distrital.

"A participação na edição deste ano do Parlamento dos Jovens foi boa, tivemos oportunidade de elaborar a nossa própria campanha e as nossas próprias ideias. Apesar de não termos ganho, vimos uma das nossas ideias ir avante para a Sessão Distrital, indo eu representar a escola na mesma. Foi uma experiencia diferente, lá tudo parecia mais profissional e mais elaborado. Fomos bem-recebidos e acompanharam-nos ao nosso

lugar, onde passamos toda a sessão. Ao longo da sessão tivemos oportunidade de apresentar, promover e defender as nossas ideias. Houve também um momento de ouvirmos e interrogarmos as outras escolas, para depois votarmos nas ideias que nos parecessem mais interessantes. Sinto que esta votação foi um pouco injusta, pois, tal como em anos anteriores, acabaram por na sua maioria serem os colégios a passar à fase seguinte. Na minha opinião deviam dar oportunidade a outras escolas, para que, tal como os colégios, as outras escolas pudessem ter a sensação de participar nas Sessões Nacionais. Esta atividade serviu para ver mais de perto como é as que as coisas ocorrem numa assembleia, para fazer novas amizades, desenvolver o meu diálogo e o meu espírito crítico." (Aluno 3)

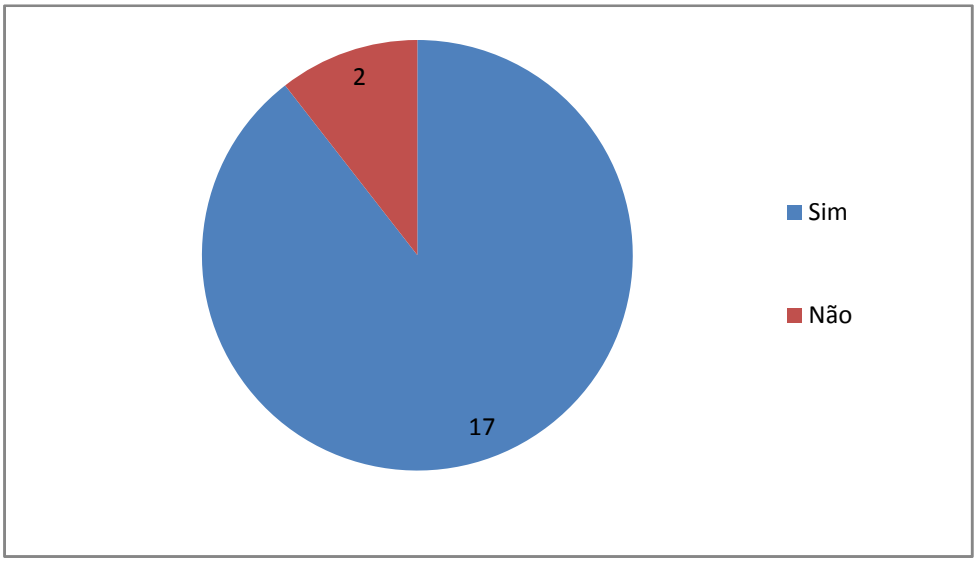
Passando agora à analise da **questão 11**, "Numa próxima oportunidade gostarias de voltar a participar num programa como este?" (Gráfico 10), a maioria dos alunos respondeu que "sim", sendo que só dois assinalaram o "não". Podemos, portanto, afirmar que estas iniciativas despertam grande interesse nos alunos, pois a maioria gostaria de repetir a experiência. Mais uma vez sublinhamos a importância de realizar com os nossos alunos atividades diferentes e que os levem a refletir, analisar e criticar sobre assuntos passados, ou atuais. Destacamos, ainda, duas justificações de alunos que achamos bastante pertinentes:

"Acho muito interessante e faz-nos evoluir enquanto pessoas." (Aluno 10)

"Gostei do programa, Parlamento dos Jovens, porque considero relevante para os alunos participar em questões do dia a dia, neste caso a Igualdade de Género." (Aluno 11)

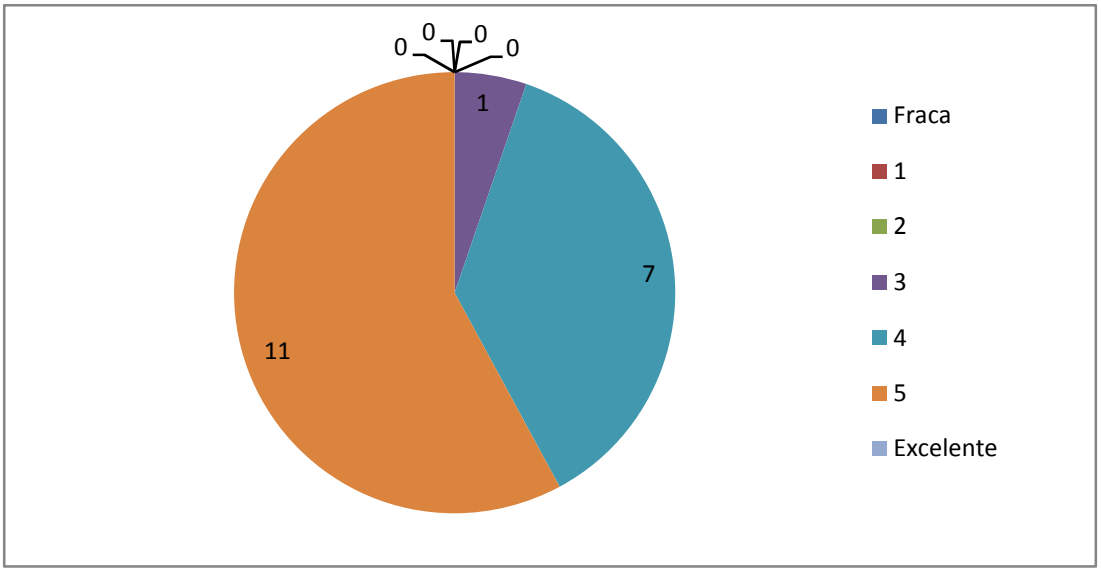
Tendo em conta as respostas dos alunos percebemos que o Parlamento dos Jovens foi revelante do sentido de aprofundar os conteúdos sobre a desigualdade dos géneros.

Gráfico 10- "Numa próxima oportunidade gostarias de voltar a participar num programa como este?"



Por fim, no que diz respeito à **questão 12,** "Em suma, avalias a participação neste programa em..." (Gráfico 11), a maioria dos alunos considerou a sua participação "Excelente" (11 alunos) e 7 alunos "Boa". Concluímos, portanto, que todos os alunos se empenharam em participar ativamente nesta atividade, revelando bastante interesse.

Gráfico 11- "Em suma, avalias a tua participação neste programa em..."



Reflexões finais

Neste momento, é tempo de determinar as principais conclusões retiradas com a elaboração deste relatório e da participação no programa, inerente a ele.

Ao longo da elaboração deste relatório e da participação no Programa Parlamento dos Jovens, tomei consciência de que afinal a Igualdade de Género é um assunto muito mais ambíguo do que pensava. Sempre considerei este tema bastante controverso, daí a necessidade de debater mais sobre ele. O que não tinha ideia era da falta de informação, dos nossos jovens, sobre ele. Embora os alunos no questionário tenham afirmado que tinham conhecimento de desigualdades entre géneros, numa primeira abordagem ao assunto a maioria dos alunos da turma 9.º1 e 9.º2 não tinha conhecimento do mesmo na atualidade. Concluo, por um lado, que os alunos possam ter omitido o seu desconhecimento sobre o tema, aquando o preenchimento do questionário e, por outro, que a pergunta possa não ter sito explícita e, por isso, pensaram que se referia a um período cronológico mais longínquo.

Numa primeira abordagem sobre o tema os alunos afirmaram que não tinham conhecimento de casos de desigualdade de género, na atualidade, e só depois de um pequeno debate conseguiram desenvolver e chegar a exemplos sobre este tema. Por este motivo considero que, enquanto professores de História, devemos promover diálogos e debates sobre assuntos da História, transportados para o quotidiano dos nossos alunos.

O Programa Parlamento dos Jovens, em especial a edição 2017, ia ao encontro do documento PA uma vez que se prendia com questões cívicas, que levavam os alunos a refletir sobre o seu quotidiano. Quando tomei conhecimento deste documento e deste programa achei que tinha encontrado o mote para o meu relatório de estágio. Perceber de que modo programas como o Parlamento dos Jovens contribuem para a formação dos alunos e consequentemente para o que se espera de um aluno à saída do 12.º ano.

Ao longo da participação neste programa tomei consciência que os alunos gostam de participar nestas iniciativas, mas que necessitam muito do auxílio do professor, algo que vai contra os princípios do mesmo, que pretende que os alunos sejam o mais autónomos possível.

Em contexto de sala de aula torna-se difícil, para o professor, arranjar tempo, entre os extensos programas, para colaborar com os alunos na participação neste tipo de atividades extracurriculares. Para além disso, a turma toda não pode participar neste programa, o que dificulta o trabalho do professor, na medida em que não consegue auxiliar os alunos participantes e os não participantes. Para combater essa situação, acordei com os alunos reuniões fora do tempo letivo, mas muitos não podiam comparecer.

No que concerne à Sessão com o deputado Jorge Machado considero que a mesma foi proveitosa, tal como os alunos a consideraram, quando questionados. O deputado conseguiu transmitir uma boa mensagem, utilizando uma linguagem simples, que facilmente era entendida pelo público, que esteve presente. Devo destacar que as respostas negativas à questão sobre a Sessão, com o deputado, estão relacionadas com os alunos que não foram dispensados da aula que decorria no mesmo horário.

No dia da Sessão Distrital, um grande momento para os alunos que iam representar a escola, tivemos um pequeno contratempo: a aluna 1 n ao pode comparecer. Este contratempo dificultou a participação na sessão.

Uma vez pressente na sessão e utilizando as palavras do aluno 3 considero que é necessário reformularem a mesma, uma vez que é notório o favorecimento dos colégios, em relação às escolas públicas. Este factor desmotiva os alunos a participarem em programas como estes, que consideram serem sabotados, tal como o aluno 3 refere.

Uma vez que os meus alunos não passaram a fase seguinte, e para que o seu trabalho não fosse esquecido, preparei, como já fora dito, uma conferência na escola. O objetivo era envolver o maior número de alunos na preparação da mesma e dar continuidade ao seu trabalho a quando da participação no Parlamento dos Jovens.

No entanto, estar sozinha numa escola enquanto estagiária a organizar um evento é verdadeiramente cansativo e quando nos deparamos com dificuldades não temos o ombro amigo da colega de estágio ou o pensamento positivo do mesmo. No entanto, a Professora Mónica mostrou-se incansável, sendo esse meu ombro amigo e o meu pensamento positivo.

Tal como na participação no Parlamento dos Jovens constatei que também na preparação da conferência é imprevisível saber se os alunos vão colaborar connosco, e que na maior parte dos casos, se queremos essa colaboração temos de os acompanhar de forma mais próxima. Posso estar enganada, mas segundo a minha experiência, pedir aos alunos que realizem trabalhos que não contam para nota, esperando só receber o trabalho final, não resulta. De uma amostra de 111 alunos apenas 12 me entregaram trabalhos realizados em casa.

No decorrer da conferência considero que a professora Dina Fernandes teve uma brilhante intervenção, conseguindo cativar a atenção dos alunos, levando-os a refletir sobre o tema ali tratado. Na sua intervenção, a Psicóloga Sofia Moita também soube transmitir uma mensagem aos alunos, nomeadamente no que concerne ao perfil psicológico do agressor.

Os alunos não assumiram um carácter de figura principal, mas foram excelentes figurantes, colaborando com as conferencistas, respondendo às suas questões e reflectindo sobre elas. Os seus trabalhos foram expostos na parede de entrada da escola, tendo uma grande visibilidade e transmitindo as suas ideias à restante comunidade escolar, levando esta a refletir, também, sobre a Violência Conjugal.

A intervenção da Diretora da escola, no final da sessão da conferência, assumiu um carácter positivo, mostrando que a mesma se sentia honrada com o meu desempenho aquando da elaboração da conferência que terminava, o que me encheu de orgulho.

Para concluir, é possível constatar pelas respostas dos alunos ao questionário que a participação destes no programa Parlamento dos Jovens foi proveitosa e que os mesmos gostariam de participar em atividades deste género.

Devido a estas experiências, considero fundamental que o professor siga o que o PA propõe, abdicando das típicas aulas expositivas, que por vezes enfadam os alunos e os levam a não gostar da disciplina de História, e as substituam por aulas que incentivem o debate e o espírito crítico, levando-os a refletir sobre o passado à luz do presente.

Enquanto protagonista deste estudo considero importante adiantar algumas críticas ao meu trabalho, de modo a ajudar os futuros colegas. Considero que deveria ter dedicado mais tempo à preparação do estudo em causa, que deveria ter insistido mais com os alunos para que formulassem melhor as suas propostas e as fundamentassem de forma mais coerente. Deveria ter reservado mais tempo letivo para o debate, contribuindo para a capacidade comunicativa dos alunos.

Contudo, o Parlamento dos Jovens tem as suas regras e o seu próprio regulamento, existindo factores que ultrapassam os docentes e os alunos participantes. Assim, deixo algumas sugestões aos próximos participantes: comecem o mais rápido possível a trabalhar com aos alunos, incutam-lhes o gosto pelo tema e desenvolvam atividades dentro da sala de aula que englobem o tema (se for pertinente para a disciplina que lecionam).

Bibliografia

Coutinho, I. (2006). *A Escola como Parceira da Igualdade de Género*. in: Associação Portuguesa da investigação Histórica sobre as Mulheres. Homens e Mulheres um Caminho Comum. Porto: APIHM. pp.39-41.

Patrício, J. (2009). *Violência sexual contra as mulheres. in: Lisboa, M (coord.). Violência e Género – Inquérito Nacional sobre Violência Exercida contra Homens e Mulheres*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. pp.79-100.

Pinto, P. (2006). *A Escola como Parceira da Igualdade de Género*. in: Associação Portuguesa da investigação Histórica sobre as Mulheres. Homens e Mulheres um Caminho Comum. Porto: APIHM. pp.33-39.

Rêgo, M.C.C. (2010). *A construção da igualdade de homens e mulheres no trabalho e no emprego na lei portuguesa*. in: Ferreira V. (org.). A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal: Políticas e Circunstancias. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego. pp. 57-98.

Vieira, C. M. C. (2013). *Educação Familiar – Estratégias para a Promoção da Igualdade de Género*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Vieira. M. F. C. (2011). *Educação Feminina, Direitos e Cidadania à luz do jornal A SEMEADORA (1915-1918)* (Tese de Mestrado). Mestrado em História e Educação. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Documentos Oficiais

Agrupamento de Escola Secundária de D. Dinis (AESDD). (2015) *Projeto educativo (2015-2018).*

Direção Geral da Educação (DGE). (2017). *Perfil dos alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.*

Sites consultados:

Associação Portuguesa de Apoio à Vitima. Disponível em:

https://www.apav.pt/apav_v3/index.php/pt/

APAV para Jovens. Disponível em: http://www.apavparajovens.pt/pt/

Branco. M. (2018). *Violência no namoro: jovens acham normal perseguir, proibir e abusar.* in: "Sábado" 14 de fevereiro. Disponível em:

http://www.sabado.pt/portugal/detalhe/violencia-no-namoro-jovens-acham-normal-perseguir-proibir-e-abusar

Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Disponível em:

https://www.cig.gov.pt/

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (DPLP). Disponível em:

https://dicionario.priberam.org/

Escola Saudavelmente. Disponível em https://escolasaudavelmente.pt/

Flor. A. (2018). *Uma em cada dez vítimas de violência no namoro sofreu ameaças de morte.* in: "Público" 13 de fevereiro. Disponível em:

https://www.publico.pt/2018/02/13/sociedade/noticia/observatorio-uma-em-cada-10-vitimas-de-violencia-no-namoro-sofreu-ameacas-de-morte-1802946

Lusa. (2018). *Governo quer abordagem mais especializada às vítimas de violência doméstica.* in: "Jornal de Notícias" 16 de março. Disponível em: https://www.jn.pt/nacional/interior/governo-quer-abordagem-mais-especializada-as-vitimas-de-violencia-domestica-9191661.html

Lusa. (2018). *APAV recebeu 16.033 denúncias de violência doméstica em 2017.* in: "Público" 27 de março. Disponível em:

https://www.publico.pt/2018/03/27/sociedade/noticia/apav-recebeu-16033-denuncias-de-violencia-domestica-em-2017-1808172

Parlamento dos Jovens. Disponível em:

http://www.jovens.parlamento.pt/index_2018.html

Anexos

Anexo I – Plano de aula da aula número 1 ao 9º1

REPÚBLICA PORTUGUESA
EDUCAÇÃO

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D.DINIS Santo Tirso

U.PORTO FACULDADE DE LETRAS UNIVERSIDADE DO PORTO

Domínio: A Europa e o Mundo no limiar do século XX

Subdomínio: Portugal da 1ª República à Ditadura Militar

Duração: 90 min
Data: 12-12-2017

Sumário: Entrega das Fichas de Avaliação.
A queda da 1ª. República.
A instauração da Ditadura Militar.
Parlamento dos Jovens.

Situação-problema: " Assim como os monárquicos haviam aberto o caminho à República, os republicanos abriram-no à Ditadura." - Maurício de Oliveira, *Diário de um jornalista*. 1926-1930

Questões orientadoras:
- **Como se deu a queda da 1ª. República?**
- **Como se instaurou uma Ditadura Militar em Portugal?**

Metas Curriculares		**Estratégias de Aprendizagem**	**Avaliação**
Conteúdos/Conceitos	Objetivos Gerais/Descritores		
1. 1.1. Sidonismo: Sidónio Pais com o apoio de capitalistas e de monárquicos, implantou, em 1917, uma ditadura: o Parlamento foi dissolvido, o presidente da República destituído e o próprio Sidónio Pais foi eleito presidente. Contudo o assassínio de Sidónio, em 1918, trouxe de volta o clima de agitação social.	1. 1.1. Referir tentativas de derrube do regime republicano, salientando o sidonismo (1917) e as tentativas de restauração monárquica.	Motivação: Apresentação da questão-problema. 1. Exposição oral da professora sobre os motivos que levaram a queda da 1ª.República, dando destaque ao golpe militar liderado por Sidónio Pais.	Participação oral dos alunos bem como as suas atitudes. Participação nas tarefas propostas na aula.
1.2. Autoritarismo: Sistema político que defende a resolução dos problemas políticos e sociais pela ação de um governo forte, sem discussão nem controlo dos seus atos pelo Parlamento e com limitações aos direitos dos cidadãos.	1.2. Relacionar o crescimento dos adeptos de soluções autoritárias na década de 20 em Portugal com a situação interna do país e com o contexto internacional.		
2. Ditadura Militar: Sistema de governo não democrático, sem limites ao exercício da autoridade, em que os militares assumem o poder.	2. Reconhecer no Golpe Militar de 28 de Maio de 1926 o fim da República parlamentar e o início da Ditadura Militar.	2. 2.1. Leitura e análise do documento3 da página 70 do manual. 2.2. Visionamento de um pequeno vídeo, com a duração de 1,32min., intitulado "O golpe militar do 28 de Maio de 1926" retirado da Porto Editora. 2.3. Exposição da professora sobe instauração da Ditadura Militar. 3. Atividades no âmbito do projeto "Parlamento dos Jovens".	

Anexo II – Plano de aula da aula número 1 ao 9º2

REPÚBLICA PORTUGUESA
EDUCAÇÃO

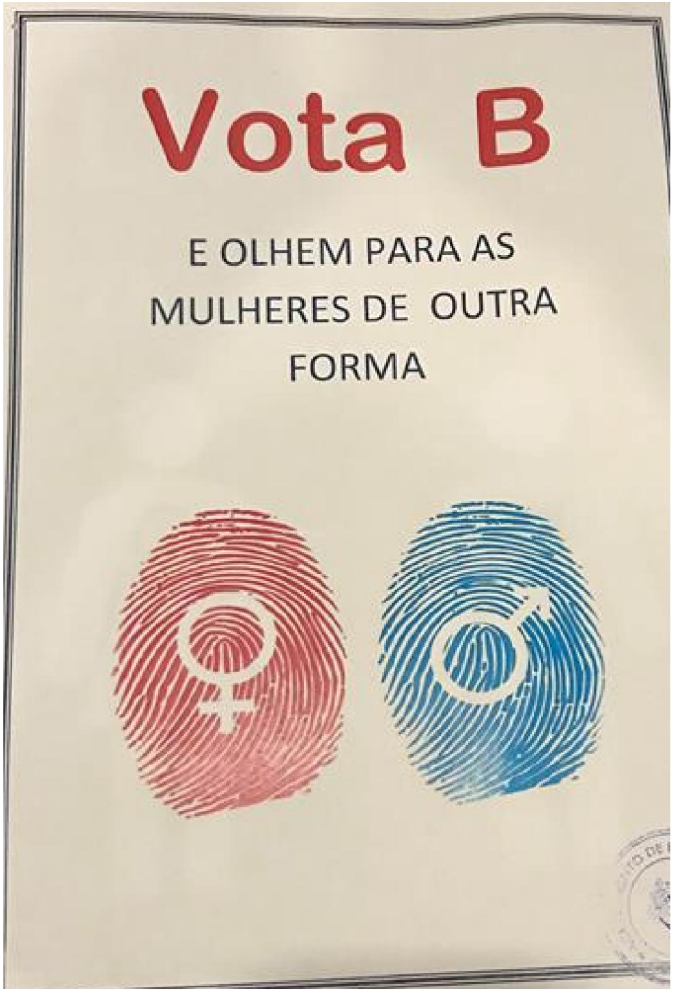
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D.DINIS Santo Tirso

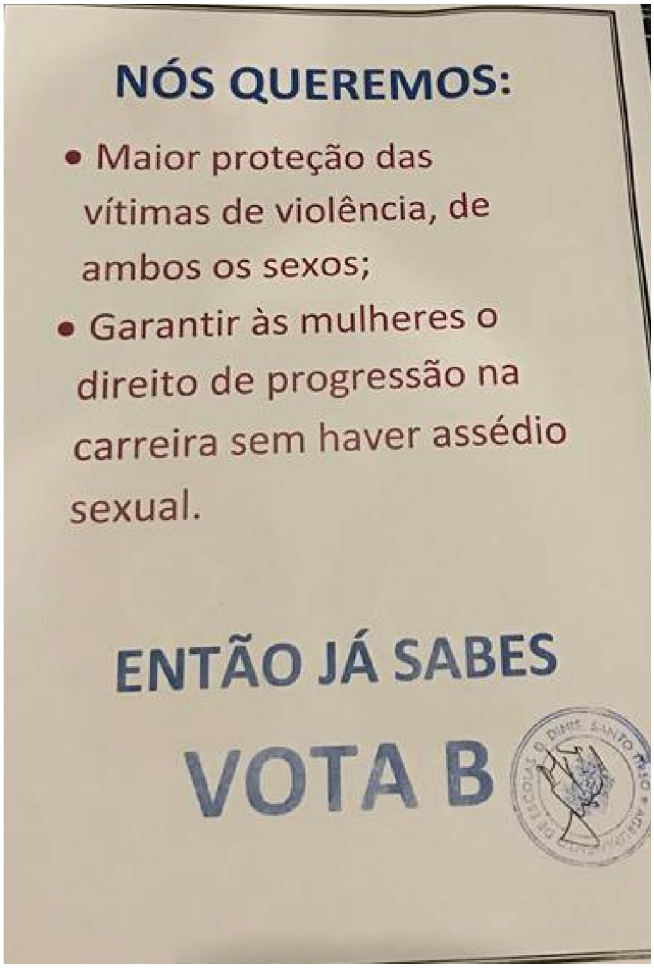
U.PORTO FACULDADE DE LETRAS UNIVERSIDADE DO PORTO

Domínio A Europa e o Mundo no limiar do século XX **Subdomínio As transformações políticas, económicas, sociais e culturais do após-guerra**			Duração: 90 min Data: 15-11-2018
Sumário: O desenvolvimento da cultura de massas. Resolução de exercícios. Atividade no âmbito do programa Parlamento dos Jovens.			
Situação-problema: Após a Primeira Guerra Mundial, desenvolveu-se uma forma de cultura virada para o grande público.			
• **Como se caracteriza a cultura de massas desenvolvida na década de 1920?**			
Metas Curriculares		**Estratégias de Aprendizagem**	**Avaliação**
Conteúdos/Conceitos	Objetivos Gerais/Descritores		
1. 1.1. Cultura de massas: Manifestações culturais acessíveis a um grande número de pessoas, ou seja, que se destinam ao público em geral. Um concerto de musica *rock*, um festival internacional de artesanato ou de gastronomia são alguns exemplos de acontecimentos culturais que, normalmente, atraem um vasto público. *1.2. Mass media:* Expressão inglesa, adotada internacionalmente	1. Caracterizar sucintamente a cultura de massas, salientando a sua relação com a melhoria das condições de vida nas décadas de 20 e 30 do século XX.	Motivação: Visionamento de imagens sobre a Cultura de massas 1. 1.1. Exposição do professor sobre os principais factores que contribuíram para o aparecimento da cultura de massas. 1.2. Exposição do professor sobre o desenvolvimento da cultura de massas. 1.2.1. Exposição do professor sobre a imprensa e a rádio, acompanhado pelo visionamento de imagens.	Participação oral dos alunos bem como as suas atitudes. Participação nas tarefas propostas na aula.
, que designa os meios de comunicação social, como, por exemplo, os jornais, as revistas, a rádio, a televisão, o cinema…		1.2.2. Exposição do professor sobre a imprensa e a rádio, acompanhado pelo visionamento e uma pequena análise das imagens. 1.2.3. Exposição do professor sobre O cinema, uma fábrica de ilusões, acompanhado pelo visionamento e uma pequena análise das imagens. 2. Resolução de Kahoot, como forma de consolidar os conhecimentos adquiridos até então. 3. Resolução de um pequeno exercício projetado no quadro, referente a matéria lecionada na aula anterior, a emancipação feminina, como forma de verificar a consolidação de conhecimentos. 4. Correção do exercício retirado da página 49 do Caderno do Aluno, referente a matéria leccionada anteriormente, o fim da supremacia europeia e a economia na década de 1920, como forma de verificar a consolidação de conhecimentos. 5. Atividades para a preparação na participação no programa Parlamento dos Jovens.	

Anexo III – Cartaz de propaganda lista do 9.º1

Anexo IV – Cartaz de propaganda lista do 9.º2





Anexo V – Reflexão turma 9.º1

Reflexão sobre a violência doméstica

Este ano, a semelhança do ano letivo anterior, a nossa escola participou no

Projeto do Parlamento dos Jovens, subordinado ao tema "Igualdade de género". A Igualdade entre mulheres e homens é uma questão de direitos humanos e uma condição de justiça social, sendo igualmente um requisito necessário e fundamental para a igualdade, o desenvolvimento e a paz. A Igualdade de Género exige que, numa sociedade, homens e mulheres gozem das mesmas oportunidades, rendimentos, direitos e obrigações em todas as áreas. Ambos sexos devem beneficiar das mesmas condições o acesso à educação, nas oportunidades no trabalho e na carreira profissional, no acesso à saúde e no acesso ao poder e influência.

Foi-nos proposto, pela professora Mónica e pela professora Diana que participássemos neste projeto, e que refletíssemos à cerca desta questão, A igualdade de Género. Após uma reflexão deste tema, tomamos consciência de que se tratava de um tema bastante abrangente e que para participar teríamos de nos focar num caso. Depois de trocarmos ideias, assentamos a nossa participação neste projeto se prenderia em questões relacionadas com a violência conjugal.

Atualmente a Violência Conjugal é muito falada nos meios de comunicação social torna se um crime público que depende da ação de todos nós. A violência Conjugal, ao contrário do que se pensava outrora, assume-se cada vez mais como um ato de violência sem género, ou seja, não existem apenas atos de violência sobre o sexo feminino, também o sexo masculino é vítima desta violência.

Muitos dos casos de Violência Conjugal começam muito cedo, ao nível do namoro. Esta violência pode assumir diferentes formas: a forma física com empurrões, bofetadas, pontapés e murros, a forma verbal quando te insulta, grita, humilha, intimida e te ameaça. E por fim a forma psicológica quando manipula a nossa forma de agir, de vestir e até mesmo a nossa forma de pensar.

Regra geral violência no namoro acaba por continuar no matrimónio, onde, normalmente o agressor assume um papel anda mais violenta e austero.

Tal como referimos anteriormente a violência conjugal é um crime público por isso cabe a todos nós tentar evitar estas situações. Nunca permitas que exerçam violência sobre ti nem sobre ninguém!

Se souberes de alguém vítima de violência conjugal não hesites em denunciar.

Para terminar, vamos todos contribuir para que tenhamos um futuro feliz sem qualquer tipo de Violência!

Anexo VI – Questionário aplicado

Participação no programa Parlamento dos Jovens

O presente formulário pretende avaliar a participação dos alunos da Escola Básica e Secundária de D. Dinis no programa Parlamento dos Jovens para o Ensino Básico.

Nome:_____ **Turma:**____ **Nº.:**____

1. **Como avalias o tema escolhido, "Igualdade de Género", para a edição deste ano do programa "Parlamento dos Jovens"?** *Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Nada pertinente	○	○	○	○	○	Muito pertinente

2.A participação neste programa fez-te olhar para as questões de Igualdade de Género com mais atenção? *Marcar apenas uma oval.*

- ○ Sim
- ○ Não

Justifica a tua resposta.

_____

_____

3.Tinhas conhecimento da existência de "Desigualdade de Género"? *Marcar apenas uma oval.*

- ○ Sim
- ○ Não

Se sim dá um exemplo._____

4.Consideras que foi difícil, enquanto lista, proporem medidas? *Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Muito dificil	○	○	○	○	○	Muito facil

5.Consideras que o ato eleitoral decorreu de forma justa? *Marcar apenas uma oval.*

- ○ Sim
- ○ Não

Justifica a tua resposta.

_____

_____

6.Tendo em conta a tua participação na Sessão Escolar como a avalias? *Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Fraca	◯	◯	◯	◯	◯	Excelente

7.Tendo em conta as medidas saídas da Sessão Escolar como as avalias? *Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Nada pertinentes	◯	◯	◯	◯	◯	Muito pertinentes

8.Como avalias a Sessão com o deputado Jorge Marchado? *Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Fraca	◯	◯	◯	◯	◯	Excelente

9.Consideras que a Sessão com o Deputado ajudou na preparação para a Sessão Distrital? *Marcar apenas uma oval.*

- ◯ Sim
- ◯ Não

Justifica a tua resposta.

_____

_____

10.Se participaste na Sessão Distrital faz um pequeno comentário acerca da mesma.

_____

_____

_____

11.Numa próxima oportunidade gostarias de voltar a participar num programa como este?
Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

Justifica a tua resposta

_____

_____

12.Em suma, avalias a tua participação neste programa em... *Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Fraca	◯	◯	◯	◯	◯	Excelente

Obrigada pela colaboração!

A Professora Estagiária

Diana Fernandes

Anexo VII – Diploma da participação no Programa Parlamento dos Jovens

REPÚBLICA PORTUGUESA
EDUCAÇÃO

DGEstE

Parlamento dos JOVENS
BÁSICO

Certificado

Para os devidos efeitos certifica-se que Diana Isabel Paldas Fernandes, participou na qualidade de Professor(a) na **Sessão distrital do Círculo Eleitoral do Porto** do Parlamento dos Jovens - Ensino Básico, realizada nos dias 26 e 27 de fevereiro de 2018, no Auditório Venepor, Maia.

O Delegado Regional

José Mesquita

IGUALDADE DE GÉNERO
UM DEBATE PARA TOD@S